



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CAMPUS MACAPÁ

SALMA DOS REIS PEDRO

FLORESTAS E TRADIÇÕES NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE:
caminhos para o desenvolvimento regional quilombola no Amapá

SANTANA - AP

2026

SALMA DOS REIS PEDRO

FLORESTAS E TRADIÇÕES NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE:
caminhos para o desenvolvimento regional quilombola no Amapá

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Desenvolvimento Regional como requisito avaliativo para obtenção do título de Especialista em Gestão de Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Rosangela do Socorro F. R. Sarquis

SANTANA - AP

2026

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P375 □ Pedro, Salma dos Reis Pedro

□

FLORESTAS E TRADIÇÕES NA CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE: □

caminhos para o desenvolvimento regional quilombola no Amapá □

/ Salma dos Reis Pedro - Santana, 2026.

81 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -- Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Pós-Graduação
Lato Sensu em Gestão de Desenvolvimento Regional, 2026.

Orientadora: Rosângela do Socorro F. R. Sarquis Sarquis.

1. Saberes Tradicionais. 2. Desenvolvimento Regional Sustentável em
Territórios Quilombolas. 3. Etnobotânica. I. Sarquis, Rosângela do Socorro F.
R. Sarquis, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SALMA DOS REIS PEDRO


FLORESTAS E TRADIÇÕES NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE:
caminhos para o desenvolvimento regional quilombola no Amapá

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Desenvolvimento Regional como requisito avaliativo para obtenção do título de Especialista em Gestão de Desenvolvimento Regional.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ROSANGELA DO SOCORRO FERREIRA RODRIGU
Data: 19/06/2026 06:22:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr. Rosangela do Socorro F. R. Sarquis (Orientadora)
Membro Titular Presidente/IFAP

Documento assinado digitalmente
 ROBSON MARINHO ALVES
Data: 24/06/2026 10:22:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. MSc. Robson Marinho Alves
Membro Titular Interno/IFAP

Documento assinado digitalmente
 ANA KAROLINA LIMA PEDRADA
Data: 24/06/2026 12:48:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr. Ana Karolina Lima Pedrada
Membro Titular Interno/IFAP

Apresentado em: 18/06/2026.

Conceito/Nota: Bom / 8,5

Todas as Manhãs

(Conceição Evaristo)

Todas as manhãs junto ao nascente dia

ouço a minha voz-banzo,

âncora dos navios de nossa memória.

E acredito, acredito sim

que os nossos sonhos

protegidos pelos lençóis da noite

ao se abrirem um a um

no varal de um novo tempo

escorrem as nossas lágrimas

fertilizando toda a terra

onde negras sementes resistem

reamanhecendo esperanças em nós.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho nasce das trajetórias percorridas, das encruzilhadas encontradas e das vozes que, ao longo do tempo, evidenciaram o valor da escuta. Nenhuma investigação é construída de forma solitária. Todo conhecimento resulta do diálogo entre vivências, recordações, silêncios, presenças e ausências que atravessam diferentes experiências e moldam maneiras de compreender a realidade.

Expressa-se gratidão à ancestralidade e àqueles que antecederam este tempo, cujas lutas, legados e formas de resistência possibilitaram a existência desta reflexão. Que seus ensinamentos permaneçam presentes nas palavras, nos gestos e nos espaços onde a herança coletiva continua sendo cultivada e transmitida.

O reconhecimento estende-se a todos que, de alguma maneira, cruzaram este percurso. Cada encontro trouxe aprendizados, reflexões e perspectivas que contribuíram para o amadurecimento deste estudo e reforçaram a compreensão de que o saber é fruto de construções compartilhadas.

Dirige-se especial reconhecimento aos detentores da tradição oral, responsáveis por preservar os fios que conectam diferentes temporalidades. Em suas narrativas, práticas e modos de existir encontram-se não apenas referências para a pesquisa, mas profundas lições sobre pertencimento, continuidade e afirmação da vida.

Este texto constitui também uma homenagem à palavra pronunciada e aos conhecimentos transmitidos entre gerações. Neles residem potências capazes de fortalecer identidades, consolidar vínculos coletivos e manter vivas experiências frequentemente marginalizadas pelos registros oficiais.

Por fim, celebra-se o próprio caminho que tornou possível esta escrita. Se este estudo permanece inacabado, é porque compreende que as lembranças não se encerram em si mesmas: renovam-se a cada relato, atribuem novos sentidos ao presente e alimentam perspectivas de futuro. Que estas páginas permitam ao leitor ser imerso nas florestas e tradições que sustentam a conservação da biodiversidade e os modos de vida quilombolas, reconhecendo nos saberes ancestrais importantes caminhos para a valorização do etnoconhecimento e para o desenvolvimento regional no Amapá.

Ôrí significa uma inserção a um novo estágio da vida, a uma nova vida, um novo encontro. Ele se estabelece enquanto rito e só por aqueles que sabem fazer com que uma cabeça se articule consigo mesma e se complete com o seu passado, com o seu presente, com o seu futuro, com a sua origem e com o seu momento...Então toda dinâmica desse nome mítico, oculto, que é o Ôrí, se projeta a partir das diferenças, do rompimento numa outra unidade. Na unidade primordial que é a cabeça, o núcleo. O rito de iniciação é um rito de passagem, de uma idade para outra, de um momento pra outro, de um saber pra outro, de um poder atuar para outro poder atuar

(ÔRÍ, 1989, s.p.).

RESUMO

A presente pesquisa investiga a relação entre saberes ancestrais quilombolas, conservação da biodiversidade e desenvolvimento regional sustentável no município de Mazagão, estado do Amapá, tomando como referência as práticas tradicionais associadas ao manejo de espécies vegetais em territórios quilombolas. Fundamentada nas epistemologias negras, nos estudos sobre territorialidade e ancestralidade, na etnobotânica e na abordagem da diversidade biocultural, a investigação parte do pressuposto de que os conhecimentos tradicionais constituem sistemas dinâmicos de conhecimento ecológico, historicamente construídos a partir das interações entre comunidades quilombolas e os ecossistemas amazônicos. O objetivo consiste em analisar de que modo os saberes ancestrais relacionados ao uso, manejo e conservação da flora contribuem para a manutenção da biodiversidade e podem subsidiar estratégias de desenvolvimento regional pautadas na sustentabilidade socioambiental. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, contemplando produções científicas, inventários etnobotânicos, relatórios institucionais e bases de dados relacionadas às comunidades quilombolas do Amapá. A análise evidencia que os conhecimentos tradicionais associados ao uso de espécies vegetais desempenham papel significativo na conservação dos ecossistemas, na proteção da diversidade biológica e na reprodução dos modos de vida quilombolas, articulando dimensões ecológicas, culturais, econômicas e simbólicas. Os resultados indicam, ainda, que práticas de manejo tradicional, sistemas agroflorestais e formas sustentáveis de uso dos recursos naturais constituem importantes estratégias de conservação ambiental e fortalecimento da sociobiodiversidade amazônica. Conclui-se que o reconhecimento e a valorização dos saberes ancestrais representam elementos fundamentais para a formulação de políticas públicas voltadas à gestão territorial, à proteção da biodiversidade e à promoção de modelos de desenvolvimento regional que conciliem justiça socioambiental, sustentabilidade e respeito à diversidade cultural.

Palavras-chave: saberes ancestrais; territorialidades quilombolas; biodiversidade; etnobotânica; desenvolvimento regional sustentável.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between quilombola ancestral knowledge, biodiversity conservation, and sustainable regional development in the municipality of Mazagão, in the state of Amapá, Brazil, focusing on traditional practices associated with the management of plant species in quilombola territories. Grounded in Black epistemologies, studies on territoriality and ancestry, ethnobotany, and the biocultural diversity approach, the research is based on the assumption that traditional knowledge constitutes dynamic systems of ecological knowledge historically built through interactions between quilombola communities and Amazonian ecosystems. The objective is to analyze how ancestral knowledge related to the use, management, and conservation of flora contributes to biodiversity maintenance and may support regional development strategies based on socio-environmental sustainability. Methodologically, this is a qualitative-quantitative, exploratory, and descriptive study developed through bibliographic review and documentary analysis, encompassing scientific publications, ethnobotanical inventories, institutional reports, and databases related to quilombola communities in Amapá. The analysis reveals that traditional knowledge associated with the use of plant species plays a significant role in ecosystem conservation, biodiversity protection, and the reproduction of quilombola ways of life, articulating ecological, cultural, economic, and symbolic dimensions. The findings also indicate that traditional management practices, agroforestry systems, and sustainable forms of natural resource use constitute important strategies for environmental conservation and the strengthening of Amazonian sociobiodiversity. It is concluded that the recognition and valorization of ancestral knowledge are fundamental elements for the formulation of public policies aimed at territorial management, biodiversity protection, and the promotion of regional development models that reconcile socio-environmental justice, sustainability, and respect for cultural diversity.

Keywords: ancestral knowledge; quilombola territorialities; biodiversity; ethnobotany; sustainable regional development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do Distrito de Mazagão Velho/AP.	28
Figura 2 - Tradições na Conservação – Uso da Copaíba (<i>Copaifera</i> spp.)	37
Figura 3 - Tradições na Conservação – Uso do Jenipapo (<i>Genipa americana</i> L.)	38
Figura 4 - Tradições na Conservação – Uso da Jatobá (<i>Hymenaea courbaril</i> L.)	39
Figura 5 - Tradições na Conservação – Uso da Embaúba (<i>Cecropia</i> spp.)	40
Figura 6 - Tradições na Conservação – Uso da Araçá (<i>Psidium</i> spp.)	41
Figura 7 - Mapa da delimitação dos 16 municípios amapaenses.	60
Figura 8 - Territórios quilombolas e conservação no Estado do Amapá	61
Figura 9 - Estado do Amapá Mapa de Rede Hidrográfica.	64
Figura 10 - Floresta Nacional do Amapá	70
Figura 11 - Sistematização de informações para valorização dos conhecimentos ancestrais nos territórios quilombolas de Mazagão Velho, Amapá.	76

LISTA DE SIGLAS

AP – Amapá

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPZG – Centro de Pesquisas Zoobotânicas e Geológicas

DB – Divisão de Botânica

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EUA – Estados Unidos da América

FCP – Fundação Cultural Palmares

FEPPIR – Fundação Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

IFAP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura

SEED – Secretaria Estadual de Educação

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SIRGAS – Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: diálogos entre natureza, território e sustentabilidade	17
2.1	Territorialidades quilombolas e saberes ancestrais: história, resistência e relações de existência	25
3	ETNOBOTÂNICA E DIVERSIDADE BIOCULTURAL: saberes tradicionais, conservação e interações entre ciência e cultura	33
3.1	Saberes tradicionais e desenvolvimento regional sustentável: políticas públicas, bioeconomia e desafios contemporâneos	42
4	PERCURSOS DA CONSERVAÇÃO: resultados da pesquisa	66
4.1	Mapeamento Etnobotânico das Espécies Vegetais e Saberes Ancestrais	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

A região amazônica constitui um dos mais importantes centros de biodiversidade do planeta, concentrando uma expressiva variedade de espécies vegetais e animais, além de abrigar uma diversidade significativa de povos e comunidades tradicionais que historicamente desenvolveram formas próprias de interação com o ambiente (Becker, 2005). No contexto brasileiro, o estado do Amapá¹ destaca-se por possuir extensas áreas de floresta relativamente preservadas, bem como por abrigar territórios tradicionalmente ocupados por populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Essas comunidades mantêm sistemas de conhecimento e práticas culturais que orientam o uso sustentável dos recursos naturais, constituindo repertórios de saberes transmitidos ao longo de gerações.

Entre essas populações, as comunidades quilombolas desempenham papel relevante na manutenção de práticas tradicionais de manejo da floresta, baseadas em conhecimentos acumulados historicamente sobre espécies vegetais utilizadas para alimentação, medicina, construção, rituais e outras finalidades socioculturais (Diegues; Arruda, 2001). Tais conhecimentos compõem sistemas complexos de saberes.

As dimensões articulam ecológicas, culturais e espirituais, configurando formas específicas de relação entre sociedade e natureza. Nesse sentido, a análise das espécies vegetais manejadas nesses territórios e dos saberes associados ao seu uso pode oferecer contribuições importantes para a compreensão das relações entre conhecimento tradicional, conservação da biodiversidade e desenvolvimento regional sustentável.

O presente estudo tem por objetivo analisar as espécies vegetais tradicionalmente manejadas em territórios quilombolas do município de Mazagão, localizado no estado do Amapá,² buscando compreender de que forma essas

¹ No município de Mazagão, no estado do Amapá, destaca-se como principal território quilombola reconhecido o Quilombo Igarapé do Lago do Maracá, oficialmente certificado como comunidade remanescente de quilombo é considerado um dos mais relevantes do estado, tanto por sua extensão quanto por sua importância sociocultural, expressando relações de ancestralidade, uso coletivo da terra e reprodução cultural, fundamentais para a compreensão das territorialidades quilombolas na Amazônia. Cf. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades remanescentes de quilombos. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, [s.d.]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2026.

² O município, na região sul do Amapá, foi implantado oficialmente em 15 de novembro de 1915. Mas o município teve origem em 23 de janeiro de 1770, com a fundação de Mazagão Velho pela Coroa

espécies, bem como os saberes ancestrais associados ao seu manejo, contribuem para a conservação da biodiversidade e podem subsidiar estratégias de desenvolvimento regional sustentável.

Pesquisas desenvolvidas no campo da etnobotânica, da etnoecologia e da antropologia ambiental indicam que os conhecimentos tradicionais desempenham papel fundamental na manutenção de sistemas socioecológicos resilientes e na conservação de paisagens biodiversas (Toledo; Barrera-Bassols, 2015).

Os sistemas tradicionais de conhecimento constituem formas complexas de gestão ambiental baseadas em observações acumuladas ao longo do tempo e adaptadas às condições ecológicas locais. Essas práticas frequentemente contribuem para a sustentabilidade dos ecossistemas e para a manutenção da diversidade biológica (Berkes, 2012, p. 14).

No mesmo campo de reflexão, Maffi (2001, p. 16) argumenta que “a diversidade cultural e a diversidade biológica estão profundamente interligadas, formando o que a autora denomina diversidade biocultural”. Nesse sentido, a preservação dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais associadas à natureza constitui elemento essencial para a conservação da biodiversidade. Já o etnobotânico Schultes (1990, p. 18) destacou, em suas pesquisas sobre a Amazônia, “a complexidade e a profundidade do conhecimento que povos tradicionais possuem sobre a flora regional, ressaltando que muitas descobertas científicas relacionadas a plantas medicinais e recursos naturais tiveram origem em saberes locais”.

No contexto brasileiro, estudos conduzidos por pesquisadores evidenciam que populações tradicionais desempenham papel relevante na conservação de ecossistemas, uma vez que suas práticas favorecem a manutenção da biodiversidade e a sustentabilidade dos territórios (Diegues, 1998; Posey, 1987). Em perspectiva convergente, os sistemas tradicionais de uso da terra constituem complexos bioculturais que articulam conhecimento ecológico, práticas produtivas e valores simbólicos (Toledo, 2002). Essas pesquisas demonstram que sistemas tradicionais de uso da terra, como roçados diversificados, quintais agroflorestais e práticas extrativistas, podem gerar paisagens culturalmente manejadas que

Portuguesa, para abrigar famílias vindas da Mazagão Africana, uma colônia portuguesa no Marrocos que foi desativada para ser transferida para o Brasil.

contribuem para a conservação ambiental.

Apesar dos avanços nos estudos sobre conhecimentos tradicionais e biodiversidade, ainda se observam lacunas importantes. No que se refere à sistematização botânica e ecológica das espécies vegetais manejadas especificamente por comunidades quilombolas do Amapá (Diegues, 2000; Almeida, 2008). Muitos casos, os registros existentes concentram-se em inventários etnobotânicos pontuais ou relatos etnográficos, sem uma análise integrada que articule aspectos botânicos, ecológicos e socioculturais dessas espécies. Essa lacuna limita a compreensão mais ampla do papel que esses repertórios vegetais desempenham na conservação da biodiversidade e dificulta a incorporação desses conhecimentos em estratégias de gestão ambiental e desenvolvimento regional (Leff, 2009; Toledo; Barrera-Bassols, 2015).

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão norteadora: De que forma os saberes tradicionais presentes nos territórios quilombolas do município de Mazagão contribuem para a conservação da biodiversidade das espécies vegetais etnobotânicas nos territórios historicamente ocupados por quilombos e para a formulação de estratégias de desenvolvimento regional sustentável no Amapá?

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em levantamento documental e análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais e bases institucionais. Os dados desta pesquisa são provenientes de levantamento bibliográfico, com base em produções acadêmicas, livros, artigos científicos e documentos técnicos relacionados aos saberes tradicionais, às comunidades quilombolas e ao uso de plantas medicinais.

As informações foram sistematizadas a partir da revisão e análise dessas fontes. Inventário etnobotânico e etnomapeamento possibilitam o levantamento de informações sobre usos e significados das plantas. Segundo Flick (2004), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais a partir de suas particularidades e contextos específicos, permitindo ao pesquisador interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas e experiências. Para o autor, a pesquisa qualitativa dedica-se à análise aprofundada de situações concretas, levando em consideração os aspectos sociais, culturais e históricos que influenciam os fenômenos estudados.

Na mesma perspectiva, Minayo (2009) destaca que a pesquisa qualitativa nas ciências sociais tem como objetivo compreender os significados, valores, crenças e práticas que estruturam as relações sociais. De acordo com a autora, esse tipo de investigação permite interpretar fenômenos sociais em sua complexidade, considerando as dimensões simbólicas e culturais presentes nas práticas sociais.

Conforme explica Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, permitindo ao pesquisador analisar criticamente a produção científica existente sobre determinado tema e construir o referencial teórico que fundamentará a investigação. Paralelamente, será realizada pesquisa documental, baseada na análise de documentos institucionais, inventários florísticos, registros etnobotânicos, catálogos botânicos, bases de dados taxonômicos e publicações de órgãos de pesquisa e gestão ambiental. De acordo com Gil (1999), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado ou que podem ser reinterpretados conforme os objetivos da investigação científica. No processo de revisão bibliográfica, serão adotados critérios de inclusão e exclusão para seleção das fontes analisadas. Como critérios de inclusão, serão considerados artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, livros acadêmicos, capítulos de livros, teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação reconhecidos, além de relatórios técnicos produzidos por instituições de pesquisa, universidades ou órgãos governamentais.

Serão priorizados estudos que abordem diretamente temas relacionados à etnobotânica, aos conhecimentos tradicionais quilombolas, ao uso sustentável de espécies vegetais e à conservação da biodiversidade na Amazônia. Por outro lado, serão excluídas publicações sem identificação de autoria, documentos sem rigor científico ou metodológico, materiais de caráter meramente informativo ou opinativo e estudos que não apresentem relação direta com os objetivos da pesquisa. Também serão excluídas fontes duplicadas ou que não apresentem dados relevantes para a análise proposta.

A seleção das espécies vegetais analisadas obedecerá a critérios de relevância cultural e ecológica. Inicialmente, será realizada uma triagem das espécies mencionadas nas fontes bibliográficas e documentais consultadas. Posteriormente, serão selecionadas aquelas que apresentarem maior recorrência nos registros etnobotânicos ou maior relevância nos sistemas tradicionais de manejo utilizados por comunidades quilombolas da região amazônica.

2 BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: diálogos entre natureza, território e sustentabilidade

Por muitos anos, as nações associaram o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e viam nesse modelo o caminho mais rápido para melhorar as condições socioeconômicas de seus habitantes. Aliado ao processo de globalização, uma parcela da população desses países alcançou níveis materiais de vida satisfatórios. Porém uma expressiva parte ainda permaneceu excluída dos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento, permanecendo em condições adversas, tanto no campo quanto na cidade, sendo privada até mesmo dos aspectos mais básicos de uma vida adequada (Lobo et al., 2013). Durante décadas esse modelo de desenvolvimento foi amplamente difundido na Amazônia.

Conforme descrito por Abrantes (2014), com base na análise geopolítica de Becker et al. (2003), o chamado modelo desenvolvimentista considerava que os custos ecológicos e sociais são os preços a pagar para garantir a soberania nacional na região e acelerar o crescimento econômico do país. A Amazônia abriga uma das maiores concentrações de biodiversidade do planeta, desempenhando papel estratégico para a regulação climática, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e a preservação da diversidade biológica global. No contexto amazônico, a biodiversidade não pode ser compreendida apenas como patrimônio natural, mas também como resultado das interações históricas entre populações humanas e os ecossistemas, configurando o que a literatura denomina sociobiodiversidade.

Ao longo de suas conquistas, o homem foi perdendo a noção de sua integração com o meio ambiente, adquirindo uma consciência mais individualista (Guimarães, 1995) e adotando maneiras de desenvolvimento um tanto insustentáveis, relacionadas ao esgotamento de recursos ambientais, à poluição e ao contínuo processo de degradação ambiental.

O processo de mudanças visando ao fim dessa degradação ambiental se faz necessário tanto na forma de pensar do homem enquanto na sua forma de entender e vivenciar um mundo natural (Sato, 2001). É necessária a criação de um novo modelo de desenvolvimento ou até mesmo a reformulação do já existente que integre a economia, a sociedade e o meio ambiente, resultando em melhores relações do homem com o ambiente, e conseqüentemente na melhoria de sua qualidade de vida (Dias, 1994). Nesse sentido, comunidades tradicionais, entre elas

as comunidades quilombolas, desempenham papel fundamental na conservação ambiental, uma vez que seus modos de vida estão baseados em práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e na transmissão intergeracional de conhecimentos associados à floresta.

A fundamentação teórica desta pesquisa ancora-se nas epistemologias negras, nos estudos sobre quilombos, ancestralidade e território, articulando tais perspectivas aos campos da etnobotânica, da diversidade biocultural e do desenvolvimento regional sustentável. Parte-se do entendimento de que os saberes ancestrais das comunidades quilombolas constituem sistemas complexos de conhecimento, produzidos historicamente a partir da experiência coletiva, da memória e da relação profunda com a terra e a floresta. Esses saberes não se limitam a práticas utilitárias, mas expressam cosmologias, valores éticos e concepções de mundo que orientam o manejo da biodiversidade e a organização da vida social.

Até muito recentemente, a população negra brasileira não era considerada como sujeito político e de conhecimento. Desse modo, o processo de produção de saberes sobre o povo negro o colocava num lugar de objeto ou mero informante do processo investigativo. Inclusive, como aponta Carneiro (2005), em alguns momentos desqualificando a resistência negra pelo apelo à racialidade enquanto fator de subordinação e exclusão social. Ao discutir essa objetivação do negro, a autora afirma que assistimos:

a partir do final do século XIX um crescente processo de objetivação do negro nas ciências sociais no Brasil. Inicialmente impulsionado pela antropologia, os estudos sobre o negro avançaram para as relações raciais, e mais recentemente, para as desigualdades raciais envolvendo diversas disciplinas, passando contemporaneamente a um campo de disputa também de emergentes intelectuais e ativistas negros. (Carneiro, 2005, p. 59).

Assim, no campo da pesquisa científica, de forma sistemática, é somente a partir dos últimos 40 anos que a população negra começa a passar de objeto a sujeito de investigação. Todavia, existe uma vasta produção cultural e intelectual da autoria dos mais variados grupos sociais de maioria negra que foi desconsiderada ao longo da história do Brasil.

De acordo com Gomes (2010, p. 493):

A inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento, não mais como objetos de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento, faz parte da história de lutas sociais em prol do direito à educação e ao conhecimento, assim como da luta pela superação do racismo.

Contudo, ao analisar os estudos que se dedicam às singularidades da vida e da cultura do povo negro no Brasil, observa-se que as teorias e as perspectivas epistêmicas que orientam as análises e interpretações ainda configuram um campo que demanda maior aprofundamento (Silva, 2019). Tal constatação evidencia a necessidade de fortalecimento de abordagens comprometidas com a produção de um conhecimento que promova a ruptura com a hegemonia do pensamento eurocêntrico, historicamente predominante nos espaços acadêmicos.

Nesse contexto, o presente trabalho propõe-se a contribuir para a ampliação da visibilidade, bem como para a produção, invenção e reinvenção de perspectivas epistemológicas contra-hegemônicas no processo de construção do conhecimento. Compreende-se que tal iniciativa constitui um passo fundamental no movimento de desestabilização das relações, estruturas, condições e dispositivos de poder que sustentam processos de racialização, inferiorização, discriminação e desigualdade que afetam a população negra, inclusive no âmbito educacional.

Reis, Lima e Nascimento (2019) destacam que a hegemonia do eurocentrismo no campo das pesquisas no Brasil remonta ao surgimento da pós-graduação no país, na década de 1930, bem como à sua regulamentação em nível nacional, em 1965.

Esse processo foi influenciado por diversos fatores, dentre os quais se destacam a presença estrangeira e a adoção de modelos educacionais oriundos dos Estados Unidos (EUA) e da França. Conforme apontam os autores, tais dinâmicas estão relacionadas “à presença estrangeira e aos modelos educacionais praticados nos Estados Unidos (EUA) e na França” (Reis; Lima; Nascimento, 2019, p. 121).

Tais influências contribuem para a manutenção de estruturas formativas que dificultam que autores/as e orientadores/as pesquisadores/as se desvinculem dessas matrizes epistemológicas, as quais historicamente constituíram e ainda constituem suas trajetórias acadêmicas. Parte-se, ainda, da contribuição de Santos e Meneses (2010), para os quais a epistemologia refere-se às formas de produção do

conhecimento e às racionalidades que legitimam o saber produzido. Nascimento (1985) é referência central para a compreensão do quilombo enquanto categoria histórica, política e epistemológica. Para a autora, o quilombo não deve ser compreendido apenas como um espaço de fuga ou resistência ao sistema escravista, mas como uma forma contínua de organização social negra, marcada pela autonomia, pela ancestralidade e pela produção de território.

Nesse sentido, o quilombo configura-se como um espaço de recriação da África no Brasil, onde memória, espiritualidade, trabalho e natureza se articulam como fundamentos da existência coletiva. Essa perspectiva permite compreender os territórios quilombolas do Amapá como espaços vivos de produção de conhecimento e de conservação ambiental, nos quais a floresta não é recurso, mas parte constitutiva da vida. Ao se deslocar, o corpo negro suporta dois continentes de memória. Aqui ele teve que inventar sua própria história e ela passa pelo corpo, porque além de ser guardião da memória, o corpo foi a matéria a ser utilizada e buscada. Para nós negros estarmos hoje no Brasil, em algum momento da história alguém foi buscar um corpo negro.

A ancestralidade, conforme elaborada por Beatriz Nascimento (1985), não se restringe ao passado, mas constitui uma força ativa que orienta o presente e projeta o futuro. Trata-se de uma memória viva, incorporada nos corpos, nos rituais, nas práticas produtivas e nas relações com a natureza.

Essa concepção dialoga diretamente com o manejo tradicional das espécies vegetais, pois são os ancestrais que orientam quando plantar, colher, preservar e respeitar os ciclos da floresta. Assim, o saber ancestral manifesta-se como ética ecológica, transmitida intergeracionalmente e materializada nas práticas cotidianas. Abdias do Nascimento (2002) contribui para essa discussão ao afirmar que a relação entre população negra e natureza está profundamente ligada à cosmovisão africana, na qual a terra é sagrada e a vida se organiza em equilíbrio entre o mundo material e espiritual.

Para o autor, o genocídio da população negra também se expressa na expropriação de seus territórios e na destruição de seus modos de vida, o que torna a defesa dos territórios quilombolas uma ação fundamental para a preservação ambiental e cultural. Nesse sentido, a conservação da biodiversidade nos territórios quilombolas é inseparável da luta por justiça racial e territorial.

A contribuição de Gonzalez (1988) permite compreender os quilombos como

espaços de resistência cultural afro-brasileira, onde se preservam formas próprias de organização do tempo, da linguagem, da espiritualidade e da relação com a natureza. A autora destaca que as culturas negras no Brasil desenvolveram estratégias sofisticadas de adaptação e recriação em contextos adversos.

Articulando saberes africanos às realidades locais. Nos quilombos amazônicos, essa recriação se expressa no uso da floresta, no conhecimento das plantas medicinais, alimentares e rituais e na leitura sensível dos ciclos naturais. No campo da educação e da valorização dos saberes tradicionais, Gomes (2017) enfatiza que a ancestralidade negra constitui uma epistemologia própria.

Historicamente silenciada pelo pensamento colonial. Para a autora, reconhecer os saberes quilombolas como conhecimento legítimo implica romper com hierarquias epistêmicas que desqualificam formas não ocidentais de produção do saber. Essa perspectiva fundamenta a abordagem adotada nesta pesquisa, que reconhece o manejo tradicional das espécies vegetais como ciência ancestral, construída a partir da observação, da experimentação e da memória coletiva. Sodré (2002) contribui ao compreender a cultura negra como uma forma de organização simbólica do mundo, na qual corpo, território e espiritualidade são indissociáveis. Nos territórios quilombolas, essa organização simbólica estrutura a relação com a floresta, definindo o que pode ou não ser extraído, em que tempo, de que forma e com que finalidade.

Assim, o manejo tradicional das plantas não é aleatório, mas regulado por códigos culturais, éticos e espirituais que favorecem a conservação da biodiversidade. Os primeiros estudiosos da questão racial, à época denominada como o “problema do negro”, compartilhavam a ideia de supremacia branca. Nesse contexto, Silvio Romero e Nina Rodrigues podem ser considerados expoentes desse pensamento. Em suas análises sobre a população negra no Brasil, defendiam a existência de uma suposta inferioridade inata, sustentando interpretações marcadas por determinismos biológicos e raciais. De acordo com Carneiro (2005, p. 60):

Durante o século XX assiste-se à proliferação de institutos de pesquisas, centros de estudos africanos ou de relações raciais em todo o país, que titularam e tornaram célebres pesquisadores e intelectuais brancos especialistas em “negro”. [...] Saberes e instituições apropriadas por brancos, conformando além de interpretações, modos de subjetivação para o negro.

Olhando para o campo da educação, o estudo de Reis, Lima e Nascimento (2019) identificou que o acesso de pesquisadores negros e negras militantes e ativistas provocou rasuras epistemológicas na pós-graduação, proporcionando novas possibilidades de produção do conhecimento e contribuindo para a ruptura com a hegemonia do pensamento eurocêntrico. Nesse sentido, tais contribuições evidenciam a importância da diversificação dos sujeitos no espaço acadêmico, ampliando perspectivas teóricas e metodológicas historicamente marginalizadas. Segundo Mazama (2003, p. 11):

Não se pode entender o que está acontecendo ao nosso redor e com a gente, pelo menos nos últimos quinhentos anos se não reconhecer o papel racial branco de dominar o mundo, isto é, a supremacia branca [...] a crença na superioridade branca é acompanhada pelo projeto para garantir ao branco, em virtude de sua superioridade, controlar o mundo.

Para a autora, a referida supremacia branca se manifesta nas bases epistemológicas de matriz europeia, sendo continuamente questionada no cenário acadêmico internacional nos últimos anos. Ciente desse contexto, Tello (2012) convoca a América Latina a assumir o desafio de construir suas próprias epistemologias, a partir de perspectivas situadas e críticas. Nesse sentido, a abordagem decolonial, desenvolvida por pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos, sustenta que, para superar as relações de dominação colonial simbólica e histórica, é necessário problematizar os modelos hegemônicos de produção do conhecimento e produzir novas epistemes (Quijano, 2009).

Asante (2014) e Mazama (2003, 2009), a partir da perspectiva da Afrocentricidade, provocam pesquisadores a repensarem o lugar da África e dos povos africanos da diáspora na produção científica. Nessa abordagem, pesquisar a população negra da diáspora exige o reconhecimento e a afirmação da história e da cultura africana a partir da “proposta epistemológica do lugar”, isto é, um retorno crítico às bases históricas e culturais que foram marginalizadas no processo colonial, ou, como aponta Nascimento (2008, p. 31), “voltar e apanhar de novo aquilo que ficou para trás, aprender do passado”.

A afrocentricidade, enquanto abordagem epistemológica, propõe caminhos que valorizam a natureza, a ancestralidade, a história, a origem, a cultura e a vida dos africanos no continente e na diáspora. Para Asante (2014, p. 14),

“Afrocentricidade é a convicção de que o povo africano estará no centro da história pós-moderna. É nossa história, nossa mitologia, nossas ideias criativas e nossos ethos como expressão de nossa determinação coletiva”.

Gomes (2017) destaca a contribuição do Movimento Negro enquanto “produtor de saberes emancipatórios e sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil” (p. 14). Nesse sentido, a autora argumenta que:

A compreensão dos saberes produzidos, articulados e sistematizados pelo Movimento Negro tem a capacidade de subverter a teoria educacional, construir a pedagogia das ausências e das emergências, repensar a escola, descolonizar os currículos. Ela poderá nos levar ao necessário movimento de descolonização do conhecimento (Gomes, 2017, p. 139).

Ou seja, diferentemente da perspectiva positivista, que defende a suposta neutralidade do/a pesquisador/a, novos olhares epistemológicos têm enfatizado a necessidade de uma tomada de posição político-epistemológica no desenvolvimento das pesquisas, reconhecendo quem somos, onde estamos e quais projetos de conhecimento defendemos. Como ressaltam Silva, Silva e Silva (2019, p. 1), “Os movimentos sociais, indígenas e negros, passam a apontar a necessidade de se repensar a educação para além do modelo eurocêntrico”. Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessário assumir as próprias inserções sociais e epistemológicas, analisando os objetos de estudo a partir de um olhar crítico, político e transformador.

Em diálogo com essas epistemologias negras, a etnobotânica fornece instrumentos conceituais para compreender como os saberes ancestrais se materializam no uso das espécies vegetais.

Estudos etnobotânicos demonstram que comunidades tradicionais manejam a biodiversidade de forma sustentável, promovendo a diversidade genética e a regeneração dos ecossistemas (Albuquerque; Hanazaki, 2006). No entanto, este estudo propõe deslocar o olhar etnobotânico para uma perspectiva decolonial, reconhecendo que o conhecimento sobre as plantas não é apenas técnico, mas atravessado por ancestralidade, espiritualidade e territorialidade negra.

A noção de diversidade biocultural reforça essa compreensão ao evidenciar que a conservação da biodiversidade está intrinsecamente ligada à preservação das culturas tradicionais (Maffi, 2001). Nos territórios quilombolas do Amapá, a diversidade de espécies vegetais está diretamente associada às práticas culturais,

às festas religiosas, aos rituais e aos sistemas produtivos tradicionais. A destruição desses territórios implica, portanto, a perda simultânea de biodiversidade e de memória ancestral. No campo do desenvolvimento regional, esta pesquisa dialoga com perspectivas críticas que rejeitam modelos excludentes e homogeneizantes. O desenvolvimento regional sustentável, sob a ótica das epistemologias quilombolas, deve reconhecer o território como espaço de vida, identidade e memória, e não apenas como base econômica.

Conforme defende Beatriz Nascimento (1985), o quilombo é projeto político de futuro, pois aponta para formas de organização social baseadas na coletividade, no cuidado com a terra e na autonomia. Dessa forma, a fundamentação teórica deste estudo sustenta que os saberes ancestrais quilombolas, especialmente aqueles relacionados ao manejo tradicional das espécies vegetais, constituem práticas eficazes de conservação da biodiversidade e fundamentos para caminhos alternativos de desenvolvimento regional no Amapá.

Ao centralizar autoras e autores negros, este trabalho reafirma o quilombo como espaço de produção de conhecimento, resistência epistemológica e continuidade da vida, onde floresta, ancestralidade e território se entrelaçam como expressão de uma ciência construída na experiência histórica dos povos negros no Brasil. Essa ciência ancestral não se baseia exclusivamente em métodos formais de investigação, mas em processos contínuos de observação da natureza, experimentação coletiva, transmissão oral e vivência comunitária.

Nos territórios quilombolas, o conhecimento sobre as plantas, os ciclos da floresta, os usos medicinais, alimentares e simbólicos das espécies vegetais e as práticas de manejo sustentável constituem um patrimônio intelectual e cultural que dialoga diretamente com os princípios contemporâneos da conservação ambiental. Nesse sentido, reconhecer os saberes tradicionais como formas legítimas de produção de conhecimento implica ampliar as fronteiras epistemológicas da ciência, incorporando perspectivas historicamente marginalizadas pelo pensamento colonial.

Tal reconhecimento é fundamental para a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades socioculturais das comunidades tradicionais e para o fortalecimento de estratégias de gestão ambiental que considerem os territórios quilombolas como espaços de preservação da biodiversidade e de reprodução da vida coletiva. Portanto, ao articular epistemologias negras, etnobotânica, diversidade biocultural e desenvolvimento regional sustentável, esta pesquisa propõe

compreender os territórios quilombolas do município de Mazagão, no estado do Amapá, como espaços estratégicos para a conservação ambiental e para a valorização dos saberes ancestrais. Esses territórios revelam que a relação entre sociedade e natureza pode ser organizada a partir de princípios de equilíbrio, respeito aos ciclos naturais e responsabilidade coletiva com o futuro, contribuindo para a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento na Amazônia.

2.1 Territorialidades quilombolas e saberes ancestrais: história, resistência e relações de existência

A territorialidade quilombola no Amapá vai muito além da posse da terra; é a base da identidade e da resistência negra na Amazônia. Por meio da oralidade, rituais e manejo sustentável, comunidades como Mazagão Velho. A constituição das territorialidades quilombolas no Brasil está profundamente vinculada aos processos históricos de resistência das populações negras frente ao sistema escravocrata e às dinâmicas de exclusão territorial que marcaram a formação social brasileira. Desde o período colonial, os quilombos configuraram-se como espaços de autonomia, nos quais se desenvolveram formas próprias de organização social, econômica e cultural (Moura, 1981).

Esse olhar, produzido pela Europa e reproduzido no imaginário social brasileiro, apresenta a origem africana e também a África atual intimamente ligadas às ideias de escravidão; trabalho braçal; inferioridade intelectual; atraso tecnológico; falta de desenvolvimento cultural, moral, ético e estético (Fanon, 2008). Nesse sentido, o eurocentrismo é também a base para o pensamento “intelectual” e produção do imaginário social brasileiro sobre o continente africano como o “Outro” da Europa. Aqui, é importante pensar o eurocentrismo tal como aponta Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 18):

A partir do século XVI iniciou-se, portanto, a formação do eurocentrismo ou, como nomeia Coronil (1996), do ocidentalismo, entendido como o imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Com base nesse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. Sob esse outro é que se exerceu o "mito da modernidade" em que a civilização moderna se

autor descreveu como a mais desenvolvida e superior e, por isso, com a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são nomeados como primitivos e atrasados (Dussel, 2005). Esse imaginário dominante esteve presente nos discursos coloniais e posteriormente na constituição das humanidades e das ciências sociais. Essas não somente descreveram um mundo, como o "inventaram" ao efetuarem as classificações moderno/coloniais. Ao lado desse sistema de classificações dos povos do mundo houve também um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades.

A compreensão das territorialidades tradicionais demanda o reconhecimento das múltiplas relações históricas, culturais, sociais e ambientais que configuram os espaços de vida das comunidades. Em Mazagão Velho, essas territorialidades são constituídas por processos históricos de ocupação, resistência e produção de conhecimentos, nos quais a memória coletiva, a ancestralidade e os saberes tradicionais desempenham papel fundamental na construção e manutenção das identidades locais. Os conhecimentos transmitidos entre gerações, expressos por meio da oralidade, das práticas culturais, das festividades, das formas tradicionais de manejo dos recursos naturais e das relações de pertencimento ao território, constituem importantes mecanismos de salvaguarda do patrimônio cultural e de fortalecimento da continuidade sociocultural da comunidade.

O corpo negro é, por assim dizer, memória, é identidade, é território e resistência. Essa ideia também foi apresentada por Maria Antonieta Antonacci em seu livro "Memórias Ancoradas em Corpos Negros" (Antonacci, 2013) texto em que a autora elabora um método para a leitura daquilo que está inscrito não nos territórios geográficos ou nos textos escritos, mas daquilo que somente é possível ler quando se percebe:

[...] memórias ancoradas em experiências dos que só têm no corpo e em suas formas de comunicação heranças de seus antepassados e marcas de suas histórias. Em contínuos desterramentos, sem construídas séries documentais, vivendo e transmitindo heranças em performances, recursos linguísticos e artísticos, povos africanos pluralizam nosso alcance de acervos históricos, monumentos e patrimônios audiovisuais, situando a necessária arqueologia de saberes orais, a ser enunciada e valorizada (Antonacci, 2013, p. 17).

O mapa evidencia que o território ultrapassa sua dimensão física e deve ser compreendido como uma construção social resultante das relações estabelecidas entre os sujeitos, a cultura e a natureza. Nesse sentido, os espaços representados expressam processos de pertencimento, resistência e reexistência, por meio dos quais a comunidade preserva saberes ancestrais, práticas culturais e formas próprias de organização social diante das transformações econômicas, políticas e ambientais que incidem sobre a região também destaca a relevância dos conhecimentos tradicionais para a reprodução da vida comunitária e para a gestão dos recursos naturais.

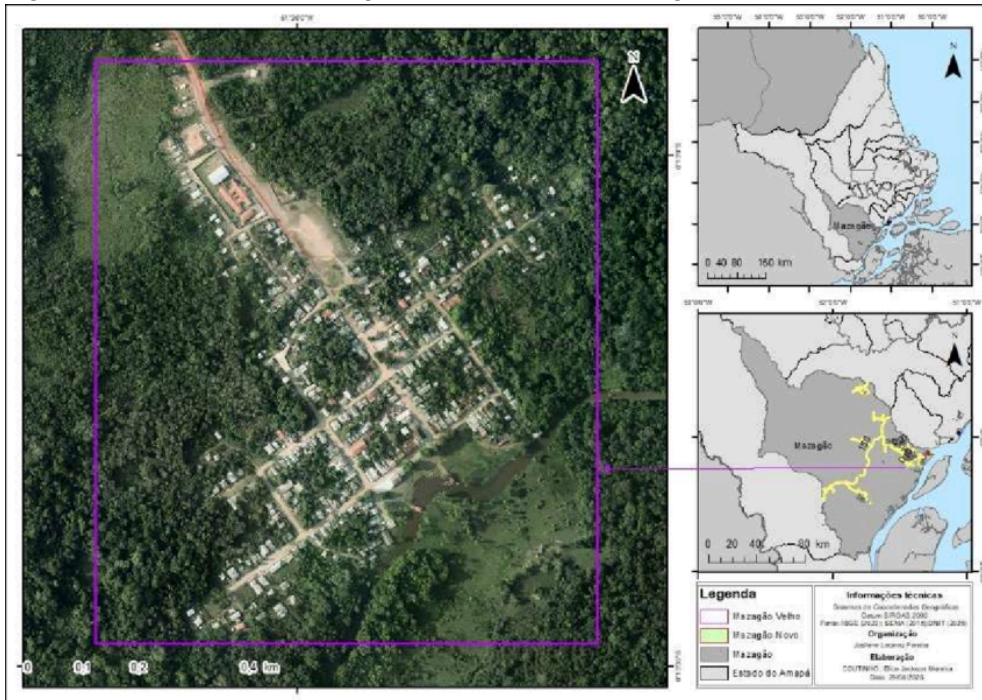
Atividades como a agricultura familiar, a pesca artesanal, o extrativismo e as práticas culturais associadas às festividades locais constituem estratégias de manutenção econômica e cultural, contribuindo para a conservação da sociobiodiversidade amazônica e para o fortalecimento das identidades locais. Além de sua dimensão cultural e histórica, o mapa evidencia o potencial estratégico de Mazagão Velho para o desenvolvimento regional.

A articulação entre patrimônio cultural, memória social, biodiversidade e saberes tradicionais configura um conjunto de ativos territoriais capazes de impulsionar iniciativas voltadas ao turismo de base comunitária, à valorização da cultura local e à promoção de atividades econômicas sustentáveis.

Dessa forma, o território apresenta-se como espaço de produção de conhecimento, inovação social e fortalecimento das economias locais, articulando conservação ambiental e desenvolvimento territorial. Assim, o mapa (Figura 1) não se limita à função de localização geográfica, mas constitui uma ferramenta de análise, planejamento e valorização territorial.

Apresenta-se, a seguir, o mapa do território de Mazagão Velho, localizado no município de Mazagão, no estado do Amapá, constitui um importante instrumento de análise espacial e interpretação territorial, possibilitando a compreensão da organização socioespacial da comunidade e de suas interações com o ecossistema amazônico. Inserido em uma área de elevada cobertura florestal, o núcleo urbano expressa processos históricos de ocupação, uso e apropriação do território, evidenciando a estreita relação entre os recursos naturais, as práticas socioculturais e os modos de vida construídos ao longo do tempo.

Figura 1 – Mapa de localização do Distrito de Mazagão Velho/AP.



Fonte: Sistemas de Coordenadas Geográficas, Datum SIRGAS 2000. IBGE (2023); SEMA (2015); DNIT (2025).

Sua elaboração contribui para a visibilização das territorialidades tradicionais, para o fortalecimento da identidade coletiva e para a formulação de políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio cultural e ao desenvolvimento sustentável das comunidades amazônicas. Na atualidade, a etnobotânica é uma disciplina chave já que constitui estudos entre o saber popular e o saber científico, estimulando o resgate ao conhecimento tradicional, a conservação dos recursos vegetais e o desenvolvimento sustentável, especialmente nos países tropicais e subtropicais, onde as populações dependem em parte das plantas e seus produtos para sua subsistência (Hamilton et al., 2003). A pesquisa etnobotânica é um importante mecanismo para levantar, compreender e registrar as trocas de informações entre pessoas, sobre o uso do conhecimento popular dos vegetais e seu entendimento sobre o ambiente no qual habitam (Albuquerque, 2002).

Apesar da existência de inúmeros projetos que incentivem a pesquisa com plantas medicinais, o mercado desses produtos na Amazônia ainda se desenvolve mediante iniciativas locais, cujas características se enquadram no âmbito da Economia Social.

Isto sinaliza para um desinteresse claro dos órgãos oficiais de deixarem a extração e comercialização destes produtos da cadeia produtiva de não madeireiros ao sabor do mercado informal, dando oportunidade para que a biopirataria avance e outras nações se apropriem dos recursos naturais que deveriam beneficiar os 'povos das florestas'. (Santana et al, 2012, pág. 177).

Neste contexto as territorialidades quilombolas constituem espaços de resistência histórica, cultural e política, nos quais se entrelaçam modos de vida, práticas sociais e saberes ancestrais construídos ao longo de gerações. Esses territórios não se limitam a uma dimensão geográfica, mas expressam relações profundas de pertencimento, identidade e existência coletiva, sendo fundamentais para a manutenção das tradições e da memória dos povos quilombolas, os saberes ancestrais assumem papel central na organização da vida comunitária, especialmente no que se refere às práticas de cuidado e saúde.

O uso de plantas medicinais, por exemplo, representa uma herança cultural transmitida oralmente, que articula conhecimentos sobre a natureza, o corpo e o equilíbrio entre os seres humanos e o meio ambiente. A maior utilidade dessas plantas está na manutenção da saúde e no tratamento de doenças de baixa gravidade que acometem a população, configurando-se como alternativa acessível e culturalmente significativa frente às limitações de acesso aos serviços formais de saúde. Além de suas funções terapêuticas, as plantas medicinais também ocupam lugar de destaque em práticas religiosas e místicas, evidenciando a inseparabilidade entre saúde, espiritualidade e território nas comunidades quilombolas. Assim, compreender essas práticas implica reconhecer a complexidade dos sistemas de conhecimento tradicionais e sua importância para a sustentabilidade cultural e a autonomia desses povos.

Dessa forma, este trabalho busca refletir sobre as territorialidades quilombolas e os saberes ancestrais como expressões de resistência e continuidade histórica, destacando suas contribuições para as relações de existência e para a valorização de modos de vida que desafiam perspectivas hegemônicas de desenvolvimento e conhecimento. O uso das plantas medicinais como recurso terapêutico está associado à medicina tradicional. Essa medicina se baseia no conhecimento empírico desenvolvido pelos ancestrais e perpetuado por meio da herança

histórico-cultural repassada de geração em geração. Entretanto, poucas pessoas repassam esse conhecimento, os chamados “guardiões da tradição” que possuem diversas denominações, como por exemplo, erveiros(as), raizeiros(as), benzedores(as), curandeiros(as), dentre outros.

Essas pessoas são fundamentais na manutenção da saúde de inúmeras comunidades rurais e dos povos tradicionais. Elas prestam um serviço de grande importância social para a comunidade em que vivem. Os quintais agroflorestais são uma das tecnologias de maior distribuição em terras tropicais e conta com grande potencial para a conservação da biodiversidade local e regional, particularmente as espécies vegetais nativas. Devido a esse potencial se faz necessário estudar aspectos básicos dos quintais agroflorestais (Ospina Ante, 2008).

No entanto, a análise contemporânea dessas territorialidades exige o reconhecimento de sua continuidade histórica e de sua relevância no presente, especialmente no contexto das políticas de desenvolvimento regional. Nesse sentido, a contribuição de Beatriz Nascimento é fundamental para a compreensão do quilombo como categoria histórica e política dinâmica. A autora propõe uma leitura que ultrapassa a concepção tradicional de quilombo como espaço de fuga, compreendendo-o como expressão contínua de resistência e territorialização negra. Em uma de suas formulações mais relevantes, destaca:

O quilombo não significa apenas um refúgio de escravos fugidos. Ele representa uma forma de organização social que se mantém e se recria ao longo do tempo, como expressão da resistência negra. O quilombo é, antes de tudo, um território de liberdade, onde se constrói uma outra forma de viver, de produzir e de se relacionar com o mundo. (Nascimento, 1985, p. 41).

A partir dessa perspectiva, o território quilombola deve ser compreendido como espaço de produção da vida, no qual se articulam dimensões materiais e simbólicas. Trata-se de um território vivido, constituído por relações de pertencimento, memória e ancestralidade. Conforme Almeida (2004), os territórios tradicionalmente ocupados são definidos por formas coletivas de uso da terra, orientadas pela reprodução social e cultural das comunidades, o que os diferencia das lógicas individualistas e mercantis predominantes no modelo capitalista. No contexto amazônico, essa compreensão assume particular relevância, uma vez que

as territorialidades quilombolas se desenvolvem em estreita relação com os ecossistemas locais.

No estado do Amapá, as comunidades quilombolas ocupam áreas estratégicas para a conservação da biodiversidade, especialmente em regiões de várzea, florestas e sistemas fluviais. De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, o Amapá possui dezenas de comunidades quilombolas certificadas, evidenciando a expressiva presença dessas populações no estado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), o Amapá apresenta uma das maiores proporções de população quilombola do Brasil em relação ao total de habitantes, o que reforça a importância dessas comunidades na configuração territorial e socioeconômica do estado. Além disso, dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária indicam que diversos territórios quilombolas no Amapá. Encontram-se em processo de regularização fundiária, evidenciando avanços institucionais, mas também desafios relacionados à efetivação dos direitos territoriais.

No município de Mazagão, essas territorialidades se materializam de forma significativa, especialmente no território quilombola do Igarapé do Lago do Maracá, que reúne diversas comunidades historicamente constituídas a partir de processos de resistência e reorganização social. Essas comunidades desenvolvem práticas produtivas baseadas na agricultura de subsistência, no extrativismo e na pesca artesanal, evidenciando a presença de saberes ancestrais que orientam o manejo sustentável dos recursos naturais.

Os saberes ancestrais, nesse contexto, configuram-se como sistemas complexos de conhecimento, construídos a partir da interação histórica entre os sujeitos e o ambiente. Conforme Toledo e Bassols (2015), esses saberes integram sistemas bioculturais que articulam natureza e cultura, sendo fundamentais para a conservação da biodiversidade e para a sustentabilidade dos territórios tradicionais.

No caso das comunidades quilombolas de Mazagão, tais conhecimentos são transmitidos de geração em geração, garantindo a continuidade dos modos de vida e a reprodução social das comunidades. No campo do desenvolvimento regional, a valorização das territorialidades quilombolas e dos saberes ancestrais representa uma alternativa aos modelos convencionais de desenvolvimento, frequentemente baseados na exploração intensiva dos recursos naturais. Conforme Boisier (2001), o desenvolvimento regional deve ser entendido como um processo endógeno, que

valoriza as potencialidades locais e o protagonismo dos atores sociais.

Nesse sentido, os territórios quilombolas configuram-se como espaços estratégicos para a construção de modelos de desenvolvimento sustentáveis e inclusivos. A abordagem do desenvolvimento sustentável, conforme Sachs (2008), reforça a necessidade de integrar dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais na formulação de políticas públicas.

No caso das comunidades quilombolas, isso implica reconhecer os saberes ancestrais como ativos estratégicos para o desenvolvimento regional, capazes de orientar práticas sustentáveis e promover a conservação dos ecossistemas. Entretanto, apesar de seu potencial, as comunidades quilombolas do Amapá ainda enfrentam desafios significativos, como a morosidade nos processos de regularização fundiária, a pressão de atividades econômicas externas e a insuficiência de políticas públicas.

Esses desafios evidenciam a necessidade de fortalecer instrumentos de gestão territorial que garantam os direitos dessas populações e promovam sua participação nos processos de desenvolvimento. Dessa forma, as territorialidades quilombolas, especialmente no município de Mazagão, configuram-se como espaços de resistência histórica e contemporânea, nos quais se articulam saberes ancestrais, práticas sustentáveis e formas de organização social baseadas na coletividade. Esses territórios não apenas preservam a memória e a identidade das populações negras, mas também oferecem importantes contribuições para a construção de modelos alternativos de desenvolvimento regional, alinhados às especificidades da Amazônia e aos princípios da sustentabilidade.

Em síntese, as territorialidades quilombolas configuram-se como espaços socioculturais estratégicos para a preservação da memória, da identidade e dos modos de vida das populações negras. Ao articularem saberes ancestrais, práticas sustentáveis e formas próprias de organização social, tais territórios contribuem de maneira significativa para a formulação de perspectivas alternativas de desenvolvimento regional, especialmente no contexto amazônico, ao evidenciarem a centralidade da sustentabilidade, da diversidade sociocultural e da relação equilibrada entre sociedade e natureza.

3 ETNOBOTÂNICA E DIVERSIDADE BIOCULTURAL: saberes tradicionais, conservação e interações entre ciência e cultura

Nos últimos anos, o Estado do Amapá vem sofrendo ações predatórias em seus ambientes naturais, causadas sobretudo pela ação desordenada da extração do palmito e de espécies madeireiras para comercialização. Isso implica em afirmar que existe a necessidade de se conhecer a diversidade da flora, para que se possa elaborar planos de manejo. No Estado do Amapá, os primeiros estudos sobre composição florística em floresta de várzea foram realizados por Gama et al. (2002); Rabelo et al. (2002); Rabelo et al. (2001); Bentes-Gama et al. (2000); Lima et al. (2000) e Mori et al. (1989), o que não reflete 2% das comunidades vegetais ocorrentes no estado.

A etnobotânica, enquanto campo interdisciplinar que investiga as interações entre grupos humanos e o universo vegetal, configura-se como uma abordagem estratégica para a compreensão das dinâmicas socioambientais em territórios tradicionais, especialmente na Amazônia. No estado do Amapá, e de forma particular no município de Mazagão, essa perspectiva revela-se fundamental.

Para a análise das relações estabelecidas pelas comunidades quilombolas com a biodiversidade, evidenciando a centralidade dos saberes ancestrais na organização social, na reprodução cultural e na gestão sustentável dos recursos naturais. A noção de diversidade biocultural constitui um eixo estruturante para essa análise, ao reconhecer que a diversidade de espécies está intrinsecamente associada à diversidade de práticas culturais, sistemas de conhecimento e formas de vida. Conforme Toledo e Barrera-Bassols (2015), os sistemas tradicionais de conhecimento representam complexos bioculturais que articulam dimensões ecológicas, sociais e simbólicas configurando-se como verdadeiros sistemas de gestão ambiental construídos ao longo de gerações.

Dessa forma, a conservação da biodiversidade não pode ser compreendida de forma dissociada das práticas culturais que historicamente contribuíram para sua manutenção. Nesse contexto, os saberes etnobotânicos desempenham papel central na conservação dos ecossistemas, uma vez que orientam práticas de manejo baseadas na observação, na experiência e na adaptação às condições locais.

Conforme destacam Albuquerque, Lucena e Alencar (2016), os conhecimentos tradicionais desempenham papel central na conservação da

biodiversidade, pois orientam práticas de manejo que favorecem a manutenção dos ecossistemas e a recuperação de áreas degradadas (Albuquerque; Lucena; Alencar, 2016, p. 27). Tal afirmação evidencia que esses saberes constituem não apenas formas de conhecimento, mas também tecnologias sociais de conservação, fundamentais para a sustentabilidade dos territórios.

A reflexão proposta por Krenak (2020) amplia esse debate ao problematizar as bases epistemológicas do modelo de desenvolvimento dominante. Ao propor a ideia de “futuro ancestral”, o autor sugere que os conhecimentos tradicionais não devem ser compreendidos como resquícios do passado, mas como fundamentos para a construção de alternativas civilizatórias diante da crise ambiental contemporânea.

Por este ângulo, a relação entre sociedade e natureza é ressignificada, passando de uma lógica de exploração para uma lógica de coexistência, reciprocidade e cuidado. Essa concepção é particularmente relevante para a análise das práticas etnobotânicas nos quilombos de Mazagão, onde o uso das plantas está inserido em uma lógica relacional que articula dimensões materiais e simbólicas. O conhecimento sobre a flora local não se limita à identificação de espécies, mas envolve a compreensão de ciclos naturais, interações ecológicas e significados culturais. Assim, o manejo das plantas está associado a princípios de equilíbrio e respeito ao ambiente, evidenciando uma racionalidade distinta daquela predominante nos modelos convencionais de desenvolvimento.

No contexto urbano e periurbano, como o observado em Mazagão e Santana, a conservação da biodiversidade enfrenta desafios relacionados à expansão urbana, à pressão sobre os recursos naturais e à fragmentação dos ecossistemas. O cenário, os saberes etnobotânicos assumem papel estratégico na manutenção de práticas sustentáveis, como o cultivo em quintais produtivos, o manejo de sistemas agroflorestais e o uso de espécies nativas em processos de restauração ecológica. Essas práticas contribuem para a conservação *in situ* da biodiversidade, além de fortalecerem a segurança alimentar e a autonomia das comunidades.

A etnobotânica aplicada, conforme argumenta Cunningham (2001), constitui uma ferramenta essencial para a integração entre conhecimento científico e saberes locais, possibilitando a construção de estratégias de manejo sustentável que respeitem as especificidades culturais e ecológicas dos territórios. No caso dos quilombos de Mazagão.

Essa integração é fundamental para o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos tradicionais como ativos estratégicos para o desenvolvimento regional. As práticas etnobotânicas nessas comunidades abrangem uma ampla diversidade de usos das plantas, incluindo funções medicinais, alimentares, ritualísticas, artesanais e ecológicas. As plantas medicinais constituem um sistema de cuidado à saúde baseado em conhecimentos fitoterápicos transmitidos oralmente, enquanto as espécies alimentares garantem a segurança nutricional e a autonomia produtiva. As plantas ritualísticas expressam dimensões simbólicas e espirituais da relação com a natureza, reforçando o vínculo entre território, identidade e ancestralidade.

A importância da etnobotânica para os quilombos de Mazagão reside, portanto, na sua capacidade de articular diferentes dimensões do desenvolvimento, integrando conservação ambiental, valorização cultural e geração de alternativas econômicas sustentáveis. Esses saberes configuram-se como patrimônio biocultural, cuja preservação é fundamental para a continuidade dos modos de vida e para a manutenção da biodiversidade amazônica.

No contexto específico de Mazagão, observa-se a presença de espécies emblemáticas que exemplificam a relação entre saber tradicional e conservação ambiental. A andiroba (*Carapa guianensis*) é amplamente utilizada na produção de óleo medicinal, empregado no tratamento de inflamações e como repelente natural.

Sendo coletada a partir da queda natural dos frutos, o que demonstra práticas sustentáveis de manejo. A copaíba (*Copaifera spp.*) fornece óleo-resina com propriedades terapêuticas, cuja extração é realizada por meio de técnicas que preservam a integridade da árvore. O açaí (*Euterpe oleracea*), por sua vez, constitui base alimentar e econômica das comunidades, sendo manejado em sistemas agroflorestais que contribuem para a conservação da biodiversidade e a geração de renda.

Esses exemplos evidenciam que os saberes etnobotânicos incorporam práticas ecológicas sofisticadas, fundamentais para a sustentabilidade dos territórios. Do ponto de vista metodológico, a sistematização desses conhecimentos requer a adoção de abordagens participativas, que reconheçam o protagonismo das comunidades na produção de conhecimento.

O etnomapeamento possibilita a identificação de áreas de uso tradicional, locais de coleta e cultivo, territórios de memória e espaços de conflito, contribuindo

para uma análise integrada das dimensões ecológicas e culturais. A articulação entre esses instrumentos resulta na elaboração de mapas temáticos e na construção de diretrizes para a conservação e a restauração ecológica.

No campo da gestão do desenvolvimento regional, essa abordagem dialoga com a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável, que valoriza os recursos endógenos e o protagonismo das comunidades locais. A valorização dos saberes etnobotânicos no Amapá pode contribuir para a construção de economias baseadas na sociobiodiversidade, promovendo a geração de renda, a conservação ambiental e o fortalecimento da identidade cultural.

Ademais, a incorporação do conceito de futuro ancestral reforça a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento a partir da integração entre diferentes formas de conhecimento. Essa perspectiva converge com a noção de ecologia de saberes, ao reconhecer que a construção de alternativas sustentáveis depende do diálogo entre ciência e saberes tradicionais.

A sistematização dessas informações permite compreender a importância dos saberes ancestrais na valorização dos recursos vegetais e no fortalecimento de práticas sustentáveis de manejo dos ecossistemas locais. O território tornou-se referência para o mapeamento dessas espécies vegetais, no qual se articulam modos de vida quilombolas e práticas tradicionais profundamente vinculadas à floresta e aos ciclos da natureza.

Nesse contexto, o levantamento das espécies foi definido a partir de sua relevância nos saberes tradicionais e ancestrais das comunidades quilombolas de Mazagão, bem como de sua recorrência no uso cotidiano nos territórios estudados. Trata-se de um recorte estratégico que considera plantas amplamente reconhecidas pela população local por seus usos alimentares, medicinais, culturais e produtivos, constituindo um repertório vivo de práticas de cuidado, trabalho e relação com o ambiente amazônico.

Outro critério fundamental foi a contribuição dessas espécies para o desenvolvimento territorial sustentável em Mazagão, uma vez que muitas delas sustentam práticas de extrativismo de baixo impacto, fortalecem a autonomia econômica das comunidades quilombolas e incentivam a conservação da floresta em pé. Nesse sentido, o mapeamento não se limita a um inventário botânico, mas evidencia a relação intrínseca entre biodiversidade, território e modos de vida tradicionais.

Diante desse contexto, apresentam-se as principais espécies vegetais identificadas na literatura científica sobre as comunidades quilombolas de Mazagão, destacando suas nomenclaturas científicas, os usos tradicionais associados e suas contribuições para a conservação da biodiversidade amazônica. Essa abordagem, fundamentada no uso sustentável de recursos biológicos renováveis, busca integrar inovação tecnológica, conservação ambiental e dinamização econômica, articulando conhecimento científico e saberes tradicionais em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Figura 2 - Tradições na Conservação – Uso da Copaíba (*Copaifera spp.*)



Fonte: PEREIRA, Maicon Souza (2022), apud MAGDALENA (org., 2022).

A copaíba (*Copaifera spp.*) destaca-se como uma espécie de grande importância para as comunidades quilombolas de Mazagão (AP), reunindo valores medicinais, culturais e ecológicos. Seu óleo-resina é amplamente utilizado na medicina tradicional para tratar diversas enfermidades, sendo seu manejo baseado em conhecimentos ancestrais transmitidos entre gerações. Além do uso terapêutico, a espécie possui forte significado cultural, integrando práticas e saberes que relacionam saúde, memória e identidade coletiva.

Do ponto de vista ambiental, sua extração sustentável contribui para a conservação da floresta, evidenciando o papel dos conhecimentos tradicionais na preservação da biodiversidade. Assim, a copaíba (Figura 2) simboliza a articulação entre cuidado, cultura e conservação nos territórios quilombolas amazônicos.

Figura 3 – Tradições na Conservação – Uso do Jenipapo (*Genipa americana* L.)



Fonte: PEREIRA, Maicon Souza (2022), apud MAGDALENA (org., 2022).

O jenipapo (*Genipa americana* L.) é uma espécie nativa de grande importância para as comunidades quilombolas de Mazagão (AP), destacando-se por seus múltiplos usos alimentares, medicinais, econômicos e culturais. Seus frutos são utilizados na alimentação e na geração de renda, além de contribuírem para a fauna e a regeneração florestal. A planta também possui aplicações na medicina tradicional, com diferentes partes empregadas no tratamento de diversas enfermidades. Culturalmente, destaca-se pelo uso de seu corante natural, associado a práticas tradicionais. Do ponto de vista ecológico, desempenha papel relevante na conservação da biodiversidade. Assim, o jenipapo (Figura 3) representa um importante patrimônio biocultural, evidenciando a integração entre saberes tradicionais, sustentabilidade e identidade quilombola.

Figura 4 – Tradições na Conservação – Uso da Jatobá (*Hymenaea courbaril* L.)



Fonte: PEREIRA, Maicon Souza (2022), apud MAGDALENA (org., 2022).

O jatobá (*Hymenaea courbaril* L.) é uma espécie nativa de grande importância para as comunidades quilombolas de Mazagão, destacando-se por seus usos medicinais, alimentares, econômicos e ecológicos. Seus saberes de manejo são transmitidos entre gerações, integrando práticas sustentáveis.

A casca do jatobá (Figura 4) é amplamente utilizada na medicina tradicional pelas comunidades quilombolas, sendo empregada no preparo de chás e infusões destinados ao tratamento de diferentes enfermidades. A polpa de seus frutos apresenta elevado valor nutricional, contribuindo tanto para a alimentação humana quanto para a manutenção da fauna silvestre, que encontra nessa espécie uma importante fonte de alimento.

Sua madeira, reconhecida pela resistência e durabilidade, possui significativo valor econômico e é utilizada em diferentes atividades produtivas. Além disso, o jatobá desempenha relevante função ecológica, favorecendo a polinização, a dispersão de sementes e a conservação da biodiversidade local. Dessa forma, a espécie constitui um importante patrimônio biocultural, articulando conhecimentos tradicionais, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da identidade quilombola.

Figura 5 – Tradições na Conservação – Uso da Embaúba (*Cecropia* spp.)



Fonte: PEREIRA, Maicon Souza (2022), apud MAGDALENA (org., 2022).

A embaúba (*Cecropia* spp.) é uma espécie pioneira da Amazônia, de rápido crescimento é essencial para a regeneração de áreas degradadas, sendo amplamente encontrada em ambientes em processo de sucessão ecológica. Nas comunidades quilombolas de Mazagão, apresenta relevância ecológica e sociocultural, estando associada a conhecimentos tradicionais transmitidos entre gerações. Na medicina popular, suas folhas são utilizadas em chás e infusões, empregadas no tratamento de doenças como diabetes, inflamações e problemas respiratórios, refletindo a importância da biodiversidade amazônica nos sistemas locais de saúde. Do caule é extraída a fibra conhecida como “imbira”, utilizada na confecção de cordas, amarras e utensílios, demonstrando o aproveitamento integral da espécie. Além disso, a embaúba (Figura 5) está relacionada aos sistemas agrícolas tradicionais, contribuindo para a melhoria das condições do solo e favorecendo o desenvolvimento de cultivos. Ecologicamente, desempenha papel fundamental na sucessão florestal, na proteção do solo e na alimentação da fauna, que auxilia na dispersão de sementes e na regeneração natural da floresta.

Dessa forma, a embaúba integra saberes ancestrais, práticas sustentáveis e conservação da biodiversidade amazônica, constituindo um importante elemento da sociobiodiversidade quilombola.

Figura 6 – Tradições na Conservação – Uso da Araçá (*Psidium spp.*)



Fonte: PEREIRA, Maicon Souza (2022), apud MAGDALENA (org., 2022).

O araçá (também conhecido como *araçá-amarelo* ou *goiaba-do-ipuranga*) é uma espécie nativa de grande importância ecológica e cultural nas comunidades quilombolas de Mazagão (AP). De pequeno porte, contribui para a polinização por abelhas nativas e para a dispersão de sementes pela fauna, favorecendo a regeneração natural da floresta. Nas comunidades, seus saberes tradicionais orientam o uso da madeira em utensílios, das cascas na medicina popular para tratar problemas digestivos e diabetes, e dos frutos na alimentação cotidiana, ricos em nutrientes. As flores também favorecem a produção de mel e a manutenção da biodiversidade local. Além desses usos, o araçá (Figura 6) é empregado na recuperação de áreas degradadas e na recomposição da vegetação nativa. Assim, a espécie integra práticas de alimentação, saúde, conservação ambiental e identidade cultural, representando um importante elo entre biodiversidade e modos de vida quilombolas.

Em conclusão, a etnobotânica consolida-se como um campo de conhecimento fundamental para a compreensão e valorização das dinâmicas territoriais e socioculturais no Amapá. No contexto dos quilombos de Mazagão, os saberes

etnobotânicos evidenciam-se não apenas como mecanismos de continuidade dos modos de vida tradicionais, mas também como fundamentos para a construção de estratégias de desenvolvimento regional sustentáveis. Ao promoverem uma relação pautada no equilíbrio, na reciprocidade e no respeito à diversidade biocultural, esses saberes reafirmam a importância das populações tradicionais como protagonistas na formulação de alternativas que integrem conservação ambiental, justiça social e valorização cultural.

3.1 Saberes Tradicionais e Desenvolvimento Regional Sustentável: políticas públicas, bioeconomia e desafios contemporâneos

O debate sobre desenvolvimento regional sustentável tem ganhado relevância nas últimas décadas, especialmente em contextos marcados por grande diversidade sociocultural e ambiental, como a Amazônia. Nesse cenário, este capítulo discute as relações entre políticas públicas, bioeconomia e desenvolvimento regional, analisando os desafios e as potencialidades da valorização dos saberes tradicionais na promoção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e territorialmente enraizado.

Torna-se cada vez mais evidente que modelos tradicionais de desenvolvimento, baseados na exploração intensiva dos recursos naturais e na expansão econômica desarticulada das realidades locais, têm produzido impactos significativos. Sobre os ecossistemas, as populações tradicionais que historicamente habitam esses territórios. Diante desse contexto, cresce a necessidade de construir alternativas de desenvolvimento que considerem não apenas os aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais, culturais, ambientais e territoriais que compõem a vida coletiva das comunidades. Nesse sentido, o desenvolvimento regional sustentável pode ser compreendido como um processo que busca equilibrar crescimento econômico, conservação ambiental e justiça social, respeitando as especificidades culturais e ecológicas de cada território. Para Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável deve ser pensado de forma integrada, considerando simultaneamente as dimensões econômica, social, ecológica, espacial e cultural.

Essa abordagem destaca a importância de estratégias de desenvolvimento capazes de promover a melhoria das condições de vida das populações locais sem comprometer os recursos naturais necessários às gerações futuras. No contexto amazônico, essa perspectiva exige o reconhecimento das comunidades tradicionais,

entre elas as comunidades quilombolas, como sujeitos centrais na construção de estratégias de desenvolvimento que dialoguem com os conhecimentos locais e com as formas tradicionais de manejo da natureza.

As comunidades quilombolas possuem sistemas próprios de organização social e de uso do território, baseados em princípios de coletividade, solidariedade e respeito aos ciclos naturais. Esses sistemas foram construídos historicamente a partir da experiência de resistência e adaptação dessas populações, que desenvolveram práticas produtivas e culturais capazes de garantir a subsistência das comunidades sem comprometer a regeneração dos ecossistemas.

Nesse sentido, os saberes tradicionais acumulados ao longo das gerações constituem importantes referências para a construção de modelos de desenvolvimento regional sustentáveis. A relação estabelecida pelas comunidades quilombolas com a terra e com a floresta revela uma compreensão ampliada de território, que vai além da dimensão física ou econômica. O território quilombola é também espaço de memória, identidade, espiritualidade e reprodução cultural.

Dessa forma, o uso dos recursos naturais não se orienta apenas por critérios produtivos, mas também por valores culturais e éticos que regulam as práticas de manejo ambiental. A perspectiva da diversidade biocultural contribui para compreender essa relação entre cultura e natureza, ao evidenciar que a conservação da biodiversidade está diretamente associada à manutenção das culturas tradicionais e de seus sistemas de conhecimento.

Conforme argumenta Maffi (2001), os saberes locais acumulados por comunidades tradicionais constituem um patrimônio fundamental para a preservação dos ecossistemas, pois incorporam práticas de manejo sustentável desenvolvidas ao longo de séculos de interação com o ambiente natural. A bioeconomia tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma abordagem estratégica para o desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões caracterizadas por elevada diversidade biológica e riqueza sociocultural, como a Amazônia.

Propondo alternativas aos modelos tradicionais de exploração intensiva da natureza, historicamente baseados na extração predatória e na baixa agregação de valor local. Mais do que um conceito econômico, a bioeconomia configura-se como paradigma de reorganização produtiva que reconhece os limites ecológicos do planeta e a necessidade de compatibilizar crescimento, equidade social e preservação ambiental. A compreensão desse processo exige considerar a

construção histórica da Amazônia como território de apropriação econômica e simbólica, marcada por ciclos sucessivos de exploração e inserção subordinada na economia nacional e internacional, conforme analisa Gondin (1994).

Desde o período colonial até os ciclos da borracha, da mineração e do agronegócio, consolidou-se um padrão de desenvolvimento exógeno, frequentemente desarticulado das dinâmicas socioculturais locais e pouco comprometido com a sustentabilidade ecológica. Esse modelo contribuiu para a intensificação de desigualdades regionais, conflitos fundiários e degradação ambiental, impactando de forma significativa povos indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais. Nesse cenário, a bioeconomia emerge como possibilidade de reorientação estrutural, ao propor a valorização da floresta em pé, dos conhecimentos tradicionais e das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

A relação entre recursos naturais, economia e sustentabilidade constitui eixo estruturante da bioeconomia enquanto proposta de nova matriz produtiva. A transição para modelos econômicos sustentáveis pressupõe a valorização do capital natural, a agregação de valor aos produtos da biodiversidade e a articulação entre conhecimento científico e saberes tradicionais (Evangelista; Cunha; Ferreira, 2023). Tal articulação é particularmente relevante na Amazônia, onde o manejo tradicional dos recursos naturais incorpora práticas de conservação desenvolvidas ao longo de gerações, nesse sentido, a bioeconomia não se limita à inovação tecnológica, mas incorpora dimensões culturais, territoriais e políticas, reconhecendo as comunidades locais como protagonistas dos processos produtivos. Os fundamentos da economia verde, conforme Barbier (2011), reforçam a necessidade de alinhar crescimento econômico, redução das desigualdades e conservação ambiental, defendendo investimentos em setores estratégicos capazes de gerar emprego e renda sem comprometer os serviços ecossistêmicos. De modo complementar, a economia circular, discutida por Weetman (2019), propõe a reorganização dos sistemas produtivos com base na eficiência do uso de recursos, na redução de resíduos e na regeneração ambiental, rompendo com a lógica linear de produção, consumo e descarte. No contexto amazônico, tais abordagens convergem para a necessidade de estruturar cadeias produtivas sustentáveis, baseadas na biodiversidade e orientadas por princípios de justiça socioambiental e governança participativa.

Estudos voltados ao desenvolvimento regional destacam que a consolidação da bioeconomia demanda arranjos institucionais sólidos, políticas públicas

integradas e fortalecimento das economias locais (Costa et al.; Moraes, 2019). Ademais, a incorporação da justiça socioambiental revela-se indispensável diante dos conflitos ecológico-distributivos que incidem sobre populações vulnerabilizadas (Martinez-Alier, 2007). A participação ativa de comunidades tradicionais constitui elemento central para a construção de uma bioeconomia baseada na valorização da floresta em pé e na preservação dos recursos hídricos (Abramovay et al., 2021). Sob a perspectiva ecológica, o respeito aos limites biofísicos e à capacidade de regeneração dos ecossistemas, configura condição essencial para a sustentabilidade de longo prazo, reforçando a necessidade de integrar conservação e produção. Diante dessas considerações, o presente estudo tem por objetivo analisar os fundamentos conceituais da bioeconomia e suas contribuições ao desenvolvimento regional, examinando suas potencialidades, desafios e implicações socioeconômicas e ambientais. Nesse contexto, destaca-se a institucionalização de programas governamentais que buscam articular inclusão social e reconhecimento histórico dessas populações. Em 25 de novembro de 2010, o governador do Amapá, instituiu a Lei 1.519 criou o Programa Amapá Afro a ser realizado sob coordenação geral da SEAFRO:

Art. 3º O programa Amapá afro tem a finalidade de programar, no âmbito do Governo do estado, políticas públicas direcionadas à redução das desigualdades raciais para população negra e ou afrodescendentes e quilombola, proporcionando ações exequíveis para garantir melhoria das condições de vida e a consolidação de seus direitos constitucionais de cidadãos. Art. 7º As despesas decorrentes do Programa Amapá AFRO estão contempladas no Orçamento Estadual e cada órgão empreenderá esforços para atendimento definido por ato do Poder Executivo.

Assim, o programa se colocará com a finalidade de direcionar as ações dos diversos órgãos governamentais, como Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), Secretaria Estadual de Educação (SEED), Agencia de Desenvolvimento do Amapá, Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e construir políticas de ações afirmativas voltadas a população negra e comunidades quilombolas.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como modelos bioeconômicos territorializados podem fortalecer comunidades tradicionais, especialmente quilombolas, promovendo inclusão produtiva, autonomia

econômica, conservação ambiental e valorização cultural. Busca-se, ainda, evidenciar como iniciativas locais podem dialogar com referenciais teóricos contemporâneos, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, compreendido como experiência aplicada de bioeconomia territorializada.

No contexto amazônico, essa complexidade se intensifica, uma vez que a implementação de estratégias bioeconômicas se insere em um território historicamente marcado por processos de exploração predatória, desigualdades estruturais e conflitos socioambientais. Nesse sentido, a análise dos referenciais teóricos mobilizados, especialmente aqueles relacionados à economia verde e à economia circular, demonstra que tais abordagens oferecem importantes contribuições para a reconfiguração dos sistemas produtivos, ao enfatizarem a eficiência no uso de recursos, a valorização dos serviços ecossistêmicos e a redução de impactos ambientais.

Contudo, a transposição desses modelos para a realidade amazônica exige mediações críticas que considerem as especificidades locais e evitem a reprodução de lógicas exógenas de desenvolvimento. Adicionalmente, os achados reforçam que a centralidade da biodiversidade e dos saberes tradicionais constitui elemento estruturante para a efetivação de uma bioeconomia territorializada. As práticas desenvolvidas por comunidades tradicionais, especialmente em contextos quilombolas, evidenciam que a conservação ambiental pode ser articulada à geração de renda e ao fortalecimento socioterritorial, desde que ancorada em princípios de justiça socioambiental e governança participativa. Em termos empíricos, a viabilidade de modelos bioeconômicos que integram conservação, inclusão social e valorização cultural, evidenciando que a bioeconomia, quando orientada por bases territoriais e comunitárias, pode constituir um vetor estratégico para o desenvolvimento regional sustentável. Esses resultados reforçam a necessidade de compreender a bioeconomia não apenas como inovação econômica, mas como projeto político e social em disputa, cuja efetividade depende da articulação entre políticas públicas, protagonismo comunitário e reconhecimento dos direitos territoriais. A bioeconomia consolidou-se, nas últimas décadas, como campo de investigação e formulação de políticas públicas que articulam dimensões econômicas ecológicas, tecnológicas e sociopolíticas. Não se trata, contudo, de conceito homogêneo ou consensual.

Sua polissemia revela disputas de natureza epistemológica e estratégica, relacionadas às distintas concepções de desenvolvimento e sustentabilidade. Bugge, Hansen e Klitkou (2016) identificam, no debate internacional, três matrizes interpretativas predominantes: uma vertente orientada pela biotecnologia e inovação industrial; outra centrada na substituição de recursos fósseis por biomassa; e uma terceira, de caráter ecológico-sistêmico, que enfatiza limites biofísicos, regeneração ambiental e justiça distributiva.

A presente análise filia-se a esta última perspectiva, por compreender que a reorganização das bases produtivas deve estar ancorada no reconhecimento dos ciclos ecológicos, na internalização das externalidades ambientais e na promoção da equidade social. A bioeconomia, nesse sentido, ultrapassa a mera substituição tecnológica de insumos, configurando-se como proposta de reestruturação paradigmática das relações entre sociedade e natureza. A incorporação da bioeconomia ao debate sobre desenvolvimento regional amazônico exige exame crítico da formação histórica e simbólica da região. Gondin (1994) demonstra que a Amazônia foi construída discursivamente como território de abundância inesgotável e fronteira permanente de expansão econômica.

Tal representação legitimou ciclos sucessivos de exploração extrativista e inserção subordinada nos circuitos globais de produção, frequentemente desconsiderando os modos de vida e as territorialidades tradicionais. Esse legado histórico contribui para a persistência de modelos de desenvolvimento baseados na exportação de commodities primárias e na apropriação intensiva de recursos naturais, com baixa agregação de valor local e elevada concentração de renda.

A bioeconomia, quando desprovida de ancoragem territorial e social, corre o risco de reproduzir essas dinâmicas sob roupagens tecnológicas renovadas. A crítica a tais modelos encontra respaldo na abordagem de Martinez-Alier (2007), ao analisar os conflitos ecológico-distributivos que emergem da disputa por recursos naturais. O conceito de ecologismo evidencia que populações tradicionais não apenas sofrem os impactos ambientais, mas também protagonizam práticas de resistência e conservação baseadas na defesa de seus territórios. A bioeconomia, nessa chave interpretativa, não pode ser dissociada das relações de poder que estruturam o acesso à terra, à água e à biodiversidade.

No campo das formulações teóricas e normativas sobre sustentabilidade, a economia verde surge como uma proposta estratégica para conciliar crescimento

econômico, redução das desigualdades sociais e preservação ambiental. Barbier (2011) sustenta que essa abordagem demanda a valorização do capital natural e dos serviços ecossistêmicos, reconhecendo que a degradação ambiental compromete não apenas a base material da produção econômica, mas também a resiliência social e a qualidade de vida das populações.

Dessa forma, a economia verde não se limita a instrumentos de regulação ambiental ou políticas de proteção, mas constitui um paradigma integrador que articula fatores ecológicos, sociais e econômicos em políticas públicas, estratégias empresariais e processos de planejamento territorial. D'Amato e Korhonen (2021) ampliam essa perspectiva ao defender a convergência estratégica entre economia verde, economia circular e bioeconomia.

Para os autores, essas abordagens não devem ser concebidas de forma isolada, mas como dimensões interdependentes de um arcabouço sistêmico voltado à regeneração ambiental, inovação tecnológica e resiliência socioambiental. A bioeconomia, nesse contexto, concentra-se na utilização sustentável de recursos biológicos renováveis, incorporando práticas de manejo que respeitam os limites ecológicos e promovem a justiça distributiva.

Por sua vez, a economia circular propõe a reorganização dos sistemas produtivos com base na redução de desperdícios, na reutilização de insumos e na extensão do ciclo de vida dos produtos (Weetman, 2019). Essa abordagem visa não apenas à eficiência material, mas também à redução de impactos ambientais, à mitigação da poluição e à promoção de cadeias produtivas regenerativas. A integração dessas perspectivas permite conceber modelos econômicos que produzem valor simultaneamente econômico, social e ambiental. Contudo, a transposição desses referenciais exige sensibilidade às especificidades territoriais, culturais e históricas, particularmente em regiões como a Amazônia, onde a diversidade biológica e sociocultural é elevada, a dependência histórica de atividades primárias é significativa e os sistemas ecológicos apresentam alta vulnerabilidade. A replicação acrítica de modelos desenvolvidos em contextos industrializados pode gerar externalidades indesejáveis, como degradação ambiental, perda de saberes tradicionais e exclusão socioeconômica. Portanto, a aplicação da bioeconomia e da economia circular deve ser mediada por políticas públicas integradas, governança participativa, inovação institucional e diálogo com as comunidades locais.

Nesse contexto, a convergência entre bioeconomia, economia verde e economia circular deve ser operacionalizada como uma estratégia territorializada. Isso significa reconhecer a interdependência entre ecossistemas, modos de vida tradicionais e arranjos produtivos locais, promovendo práticas que combinem conservação da biodiversidade, agregação de valor aos recursos naturais e inclusão socioeconômica.

Essa abordagem reforça que a sustentabilidade não é um aditivo opcional à economia, mas constitui o núcleo das estratégias de desenvolvimento regional, demandando simultaneamente inovação tecnológica, justiça socioambiental e resiliência dos sistemas ecológicos e sociais (Sachs, 2002; Elkington, 1997; Acsehrad, 2004). Ao integrar esses conceitos, torna-se possível consolidar modelos de desenvolvimento territorialmente enraizados, capazes de preservar a biodiversidade, valorizar os saberes tradicionais, fortalecer economias locais e gerar uma economia regenerativa, inclusiva e socialmente justa. Tal articulação evidencia que a economia contemporânea precisa superar a lógica linear de exploração de recursos, adotando práticas sistêmicas, multidimensionais e sensíveis às complexidades ambientais e culturais do território.

Em suma, a interface entre bioeconomia, economia verde e economia circular constitui um espaço epistemológico e prático de inovação sustentável, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, a organização de cadeias produtivas e o fortalecimento das capacidades locais para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável em contextos de alta diversidade e vulnerabilidade ecológica. A dimensão ecológica da bioeconomia fundamenta-se na compreensão dos ecossistemas como sistemas complexos, interdependentes e dinâmicos. Ricklefs (2016) destaca que a manutenção da biodiversidade depende do equilíbrio entre processos ecológicos e capacidade de regeneração dos ambientes naturais.

Em regiões tropicais, como a Amazônia, essa diversidade representa não apenas patrimônio natural, mas ativo estratégico para o desenvolvimento regional sustentável. Lopes et al. (2022) ressaltam que a biodiversidade constitui elemento estruturante das proposições bioeconômicas, especialmente quando articulada à sociobiodiversidade, conceito que integra diversidade biológica e práticas culturais associadas ao manejo tradicional. Entretanto, Vivien et al. (2019) alertam para o risco de captura conceitual da bioeconomia por agendas tecnocráticas que priorizam ganhos econômicos de curto prazo, negligenciando limites ecológicos e justiça

social. Nesse cenário, Costa et al. (2021) defendem a construção de uma bioeconomia adequada ao bioma de floresta tropical, centrada na agregação de valor às cadeias produtivas locais e na manutenção da floresta em pé.

Abramovay et al. (2021) reforçam que tal perspectiva depende de segurança territorial, governança participativa e políticas públicas integradas. Evangelista, Cunha e Ferreira (2023) acrescentam que a transição para uma nova matriz econômica nos estados amazônicos requer planejamento estratégico, inovação institucional e fortalecimento das economias locais.

A incorporação da economia solidária ao debate bioeconômico amplia sua dimensão sociopolítica. Addor e Laricchia (2018) evidenciam o papel das incubadoras tecnológicas na promoção de arranjos produtivos baseados na cooperação, na autogestão e na distribuição equitativa dos resultados. Diferentemente de modelos empresariais orientados exclusivamente pela maximização do lucro, a economia solidária enfatiza processos participativos e fortalecimento comunitário.

Em territórios amazônicos, onde a produção frequentemente ocorre em bases familiares ou comunitárias, essa abordagem revela-se particularmente pertinente. A bioeconomia territorializada pressupõe governança compartilhada, autonomia decisória e valorização dos conhecimentos locais, evitando relações de dependência e subordinação em cadeias produtivas globais.

Essa integração evidencia que a conservação ambiental deve ser concebida como estratégia produtiva capaz de gerar valor econômico e social, consolidando um modelo de desenvolvimento que supera a dicotomia entre exploração de recursos naturais e proteção ambiental. De acordo com Abramovay et al. (2021), a floresta em pé constitui um ativo estratégico cuja preservação está intrinsecamente ligada à valorização dos sujeitos que historicamente desempenham a função de guardiões desses ecossistemas, revelando a dimensão sociopolítica da bioeconomia territorializada. A dimensão formativa assume papel central, pois engloba capacitação técnica, educação ambiental, orientação sobre gestão de cadeias produtivas locais, incentivo à inovação social e fortalecimento da governança comunitária.

A abordagem aproxima-se das proposições de Addor e Laricchia (2018), que destacam a importância de modelos produtivos baseados em economia solidária, cooperação, autogestão e distribuição equitativa de resultados, promovendo

inclusão social e fortalecimento comunitário. A iniciativa, portanto, não se limita à inserção mercadológica dos produtos da sociobiodiversidade, mas busca consolidar autonomia territorial, protagonismo comunitário e governança participativa, evitando relações de dependência ou subordinação em cadeias produtivas globais. Sob a perspectiva ecológica, a biodiversidade é reafirmada como fundamento estratégico da bioeconomia, conforme Lopes et al. (2022).

Os serviços ecossistêmicos, incluindo regulação climática, conservação do solo, manutenção de ciclos hidrológicos e proteção da fauna e flora nativas, constituem ativos de valor ambiental, econômico e cultural. A literatura recente reforça que a preservação desses serviços é condição indispensável para a sustentabilidade de longo prazo e para o desenvolvimento regional integrado, especialmente em contextos de elevada diversidade biológica e vulnerabilidade socioambiental, como ocorre na Amazônia (Souza et al., 2024).

A operacionalização de princípios teóricos de bioeconomia em práticas socioterritoriais concretas, em que a conservação ambiental, a valorização cultural e a inclusão econômica não são concebidas como dimensões isoladas, mas como componentes interdependentes de uma estratégia de desenvolvimento territorial integrada, demonstra que a bioeconomia pode funcionar como um paradigma de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e resiliente, capaz de articular inovação institucional, gestão participativa, valorização dos saberes tradicionais e utilização responsável da biodiversidade (Leff, 2002; Gudynas, 2010; Diegues, 2000). Adicionalmente, evidencia-se a possibilidade de replicabilidade para outras regiões amazônicas e territórios caracterizados por alta diversidade sociocultural e biológica. Ao articular aspectos econômicos, sociais e ambientais em processos contínuos de monitoramento, avaliação e aprendizado coletivo, observa-se que a transição para uma bioeconomia efetivamente territorializada requer planejamento estratégico, integração de políticas públicas, cooperação interinstitucional e engajamento das comunidades locais (Leff, 2002; Gudynas, 2010; Acselrad, 2009).

Assim, a sustentabilidade ambiental, a justiça social e a valorização cultural devem ser concebidas como dimensões complementares e indissociáveis do desenvolvimento regional, consolidando-se como referência para experiências futuras de bioeconomia comunitária e territorializada. A presente investigação teve como objetivo analisar os fundamentos conceituais da bioeconomia e suas contribuições ao desenvolvimento regional, com ênfase no contexto amazônico,

articulando referenciais teóricos contemporâneos e experiências territorializadas. A partir da revisão bibliográfica e da análise interpretativa realizada, constatou-se que a bioeconomia constitui um campo multidimensional, marcado por disputas epistemológicas, políticas e estratégicas.

Trata-se de uma construção histórica complexa, permeada por diferentes matrizes interpretativas que refletem concepções divergentes sobre desenvolvimento, inovação, sustentabilidade e justiça social. Enquanto determinadas abordagens privilegiam a inovação biotecnológica e a expansão de mercados, outras enfatizam a necessidade de reconhecer limites ecológicos, internalizar custos ambientais e promover equidade distributiva, evidenciando que a bioeconomia não se configura como um conceito neutro ou tecnicamente consensual (Bugge; Hansen; Klitkou, 2016; Vivien et al., 2019). Sob a perspectiva adotada neste estudo, a bioeconomia deve ser compreendida como paradigma orientado à reorganização das bases produtivas a partir da sustentabilidade sistêmica, da valorização da sociobiodiversidade e da centralidade dos sujeitos territoriais.

Essa abordagem revela-se particularmente pertinente no contexto amazônico, cuja trajetória histórica foi marcada por ciclos sucessivos de exploração intensiva de recursos naturais, inserção subordinada em cadeias globais de valor, desigualdades socioeconômicas estruturais e recorrentes conflitos socioambientais (Gondin, 1994; Martinez-Alier, 2007).

A consolidação de uma bioeconomia comprometida com o desenvolvimento regional exige, portanto, a superação de modelos extrativistas predatórios e a formulação de estratégias integradas que articulem conservação ambiental, dinamização econômica, inclusão social e valorização cultural de forma indissociável. Os referenciais teóricos da economia verde e da economia circular reforçam que a transição para modelos sustentáveis requer a reestruturação sistêmica dos processos produtivos, a incorporação de eficiência no uso de recursos, a redução de resíduos, a valorização dos serviços ecossistêmicos e a integração entre inovação tecnológica e conhecimento local (Barbier, 2011; Weetman, 2019; D'Amato; Korhonen, 2021).

Contudo, a aplicação desses referenciais no contexto amazônico demanda mediação territorial, sensibilidade sociocultural e reconhecimento da diversidade biológica e sociocultural, evitando a reprodução acrítica de soluções padronizadas concebidas em realidades industriais distintas. Nesse sentido, a articulação entre

políticas públicas integradas, governança participativa, inovação social e tecnológica apropriada e arranjos produtivos locais constitui elemento estruturante para a consolidação de uma bioeconomia efetivamente territorializada (Costa et al., 2021; Abramovay et al., 2021).

A incorporação da justiça socioambiental ao debate evidencia que a bioeconomia não pode se restringir à dimensão econômica. É necessário enfrentar desigualdades históricas que afetam as comunidades quilombolas e demais populações tradicionais, reconhecendo esses sujeitos como protagonistas dos processos decisórios e produtivos.

A defesa da floresta em pé, da integridade dos ecossistemas e da valorização dos saberes ancestrais torna-se, assim, condição indispensável para a consolidação de modelos de desenvolvimento que articulem sustentabilidade, equidade e continuidade cultural (Evangelista; Cunha; Ferreira, 2023; Lopes et al., 2022).

As experiências quilombolas ilustram de forma concreta a possibilidade de materializar esses princípios, articulando conservação da biodiversidade, fortalecimento comunitário, educação ambiental e geração de alternativas econômicas sustentáveis em bases solidárias e participativas (Diegues, 2000; Almeida, 2006; Superti et al., 2015).

A iniciativa evidencia que conservação ambiental, inclusão social e valorização cultural não podem ser concebidas como dimensões isoladas, mas sim como componentes interdependentes de uma estratégia territorial de desenvolvimento regional.

Além disso, demonstra que a agregação de valor à biodiversidade e a promoção de autonomia territorial dependem do fortalecimento institucional, da segurança jurídica, do acesso a crédito e a mercados justos, bem como de investimentos contínuos em formação técnica, capacitação comunitária e inovação social (Addor; Laricchia, 2018; Moraes, 2019). Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a bioeconomia apresenta potencial para diversificação produtiva, fortalecimento das economias locais, redução de dependências estruturais e ampliação da autonomia territorial.

Todavia, sua efetividade exige compromisso político, articulação interinstitucional e participação comunitária permanente, de modo a assegurar que a transição para uma economia baseada em recursos biológicos renováveis não reproduza padrões históricos de desigualdade, mas promova equidade,

sustentabilidade e responsabilidade intergeracional.

Assim, os fundamentos da bioeconomia, quando orientados por princípios ecológicos, sociais e territoriais, constituem contribuição significativa para a construção de modelos de desenvolvimento regional sustentável, territorializado e inclusivo, reafirmando a centralidade da biodiversidade e dos saberes tradicionais como ativos estratégicos para o futuro da Amazônia.

Além disso, destaca-se que os territórios quilombolas devem ser reconhecidos como espaços de produção de conhecimento, preservação ambiental e reprodução cultural. Nesse contexto, as políticas públicas desempenham papel estratégico ao promover o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos tradicionais, contribuindo para a inclusão social, a proteção territorial e o fortalecimento das economias locais (Gomes, 2017).

Contudo, a efetividade dessas ações depende da ampliação da participação comunitária e da superação de desafios relacionados às desigualdades territoriais, ao acesso a mercados e à distribuição dos benefícios gerados pela bioeconomia. Conclui-se que a construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento requer o protagonismo das comunidades tradicionais e o reconhecimento de seus saberes como instrumentos fundamentais para a conservação da biodiversidade, a promoção da justiça socioambiental e a valorização da diversidade cultural amazônica.

Dessa forma, os saberes ancestrais revelam-se essenciais para a construção de alternativas de desenvolvimento que conciliem sustentabilidade ambiental, inclusão social e fortalecimento territorial. Nesse sentido, torna-se fundamental que políticas públicas e estratégias institucionais reconheçam e incorporem os conhecimentos ancestrais como pilares estruturantes de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis. Ao articular conservação da biodiversidade, justiça socioambiental e valorização cultural, tais modelos não apenas promovem a resiliência dos territórios, mas também apontam caminhos concretos para um futuro em que desenvolvimento e sustentabilidade caminhem de forma integrada e indissociável.

Portanto, o etnoconhecimento relacionado ao uso, manejo e domesticação das espécies vegetais deve ser continuamente incentivado, sistematizado e resguardado, considerando seu estatuto enquanto patrimônio biocultural e sua centralidade na constituição de sistemas sociobiodiversos.

Trata-se de um corpo de saberes historicamente acumulado, profundamente

enraizado nas práticas cotidianas das comunidades tradicionais, e essencial à compreensão das complexas inter-relações entre sociedade, território e biodiversidade no contexto amapaense (Diegues et al., 2001; Toledo et al., 2008).

Nesse sentido, torna-se premente a disponibilização de referenciais técnico-científicos qualificados aos agricultores e demais atores das cadeias produtivas locais, com ênfase em tecnologias sociais voltadas ao beneficiamento e à agregação de valor de frutos da sociobiodiversidade, bem como na adoção de estratégias agroecológicas de adubação, manejo sustentável do solo e intensificação ecológica dos sistemas produtivos. Tais medidas apresentam elevado potencial para promover o incremento da eficiência produtiva, associado à mitigação de externalidades ambientais negativas e ao fortalecimento da resiliência dos agroecossistemas amazônicos.

Dessarte, a interface entre conhecimentos tradicionais e científicos permite a conformação de arranjos socioprodutivos integrados e territorialmente situados, orientados por uma racionalidade ecológica que concilia produtividade, conservação da biodiversidade e valorização dos modos de vida locais. Esse processo contribui, de maneira substantiva, para o fortalecimento da autonomia socioeconômica das comunidades tradicionais, ampliando sua capacidade de inserção qualificada em circuitos econômicos regionais.

Por conseguinte, consolida-se a perspectiva de um modelo de desenvolvimento mais equânime, inclusivo e ambientalmente responsável, em consonância com as especificidades ecossistêmicas e socioculturais da Amazônia. Uma cidade que atravessa oceanos e tempos, conectando a África ao Brasil, constitui-se como uma experiência histórica singular de adaptação e reconstrução territorial. Trata-se de uma cidade em trânsito, cuja formação resulta de um processo planejado de mobilidade populacional no século XVIII, articulado no contexto das estratégias geopolíticas do Império Português. Nesse sentido, mais do que um simples movimento espacial, a transferência de Mazagão representa uma complexa reconfiguração de identidades, práticas culturais e formas de ocupação do espaço. No Brasil, essa experiência materializou-se com a fundação da Vila de Mazagão Velho, concebida para abrigar as famílias oriundas da antiga colônia africana. Inserida na região amazônica, a nova localidade exigiu dos seus habitantes intensos processos de adaptação às condições ambientais da floresta, bem como a reorganização de suas práticas produtivas e socioculturais. (Vidal, 2008).

Tal dinâmica configurou um espaço híbrido, no qual elementos da tradição europeia, africana e amazônica passaram a coexistir e a se transformar mutuamente. Para a população negra, entretanto, esse processo não pode ser compreendido como deslocamento, mas como parte constitutiva do sistema escravocrata.

Juntamente com as famílias portuguesas, foram transferidos centenas de indivíduos negros escravizados que já habitavam o enclave africano, submetidos a uma condição de coerção e violência estrutural. A sua presença na Amazônia esteve vinculada às dinâmicas de exploração do trabalho e à reprodução da ordem colonial escravista. Ainda assim, apesar das condições adversas, a população escravizada desenvolveu estratégias de resistência e preservação cultural, mantendo vivas suas práticas, saberes e tradições (Salles, 1988; Chambouleyron, 2011).

Nesse contexto, Mazagão Velho consolidou-se como um dos principais núcleos de formação e difusão das manifestações culturais e religiosas afro-amapaenses. Do ponto de vista político-territorial, a consolidação da presença portuguesa na região foi reforçada após o Tratado de Utrecht, firmado em 1713, que redefiniu os limites coloniais na América do Sul, integrando a área ao domínio lusitano. Nesse contexto, a implantação de Mazagão na Amazônia também deve ser compreendida como parte de uma estratégia de ocupação e defesa do território frente a outras potências europeias (Vidal, 2008; Araújo, 2012).

Atualmente, Mazagão Velho configura-se como um distrito do município de Mazagão, instituído em novembro de 1890, localizado na porção setentrional do estado do Amapá. O município, oficialmente implantado em 15 de novembro de 1915, possui uma população de 21.924 habitantes, conforme dados do IBGE, Censo 2022. Situado na região sul do estado, o território de Mazagão estabelece limites com os municípios de Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, inserindo-se em uma área estratégica do ponto de vista socioeconômico e ambiental. Dessa forma, Mazagão Velho não deve ser compreendida apenas como um núcleo urbano amazônico, mas como a materialização de uma experiência histórica de longa duração, que conecta continentes, evidencia processos coloniais e revela a capacidade de reinvenção de comunidades diante de contextos adversos.

Sua trajetória reafirma o papel da memória, da cultura e da territorialidade na construção de identidades coletivas que atravessam o tempo e o espaço,

oferecendo subsídios fundamentais para a reflexão crítica sobre o desenvolvimento regional na Amazônia. Brasil (2007), em seu art.3, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais e tendo como foco o reconhecimento e preservação do território, forma de organização social, cultura e economia. E ainda apresenta a definição de Povos e Comunidades Tradicionais.

grupo culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem firmas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição BRASIL (2007, p.1)

A análise desse processo histórico, no contexto da pesquisa “Florestas e tradições na conservação da biodiversidade: caminhos para o desenvolvimento regional quilombola no Amapá”, revela-se particularmente relevante no âmbito da Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão em Desenvolvimento Regional do Instituto Federal do Amapá (IFAP), uma vez que possibilita compreender as dinâmicas de formação territorial, os conflitos sociais e as estratégias de adaptação que moldaram a região amazônica.

O estudo de Mazagão Velho contribui para a formação de profissionais capacitados a atuar na formulação de políticas públicas, na governança territorial e na promoção da sustentabilidade econômica e ambiental, considerando as especificidades históricas, culturais e socioambientais da Amazônia.

Além disso, evidencia a importância de incorporar saberes tradicionais e práticas culturais locais nos processos de desenvolvimento regional, reforçando abordagens mais inclusivas e territorialmente contextualizadas.

Os territórios e comunidades quilombolas do Amapá estão distribuídos por todo o estado, ocupando áreas de floresta de terra firme, várzeas, campos inundados e savanas (Hilário, 2017).

Na contemporaneidade, mazagão velho destaca-se pela preservação de manifestações culturais, religiosas e identitárias, que refletem a interação entre práticas tradicionais e o meio ambiente. nesse contexto, o uso de espécies vegetais, os sistemas agrícolas e os conhecimentos etnobotânicos configuram-se como

elementos fundamentais para a compreensão das estratégias de conservação da biodiversidade e dos processos de reprodução social das comunidades quilombolas (Diegues, 2000).

Além disso, registros institucionais apontam que o município de Mazagão abriga também comunidades em diferentes estágios de reconhecimento, o que amplia a compreensão sobre a presença quilombola para além das áreas formalmente tituladas.

Nesse contexto, Mazagão Velho destaca-se como um território de relevância histórica e cultural, no qual práticas socioculturais tradicionais permanecem articuladas à organização comunitária e ao uso sustentável dos recursos naturais (Superti; Silva, 2015).

Observa-se que a presença quilombola em mazagão velho não se limita à dimensão demográfica, mas se expressa também na configuração territorial e nas práticas socioprodutivas, evidenciando a relação intrínseca entre modos de vida tradicionais e conservação da biodiversidade amazônica (Diegues, 2000; Superti; Silva, 2015).

A configuração espacial do município de Mazagão foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, com base em dados secundários provenientes de fontes institucionais e cartográficas, considerando a importância da análise do território como construção social e histórica (santos, 2006; haesbaert, 2004).

Inicialmente, foram coletadas informações geográficas oriundas de bases oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA), incluindo dados de localização, limites territoriais, área municipal e coordenadas geográficas.

Em seguida, procedeu-se à organização e sistematização dessas informações, com a identificação das coordenadas geográficas do município (00° 06' 54" S e 51° 17' 20" W) e a delimitação de sua área total aproximada. Esses dados permitiram a contextualização espacial do município em escala estadual e regional, considerando sua inserção na porção sul do estado do Amapá e sua integração à Região Metropolitana de Macapá (sema, 1997; ibge, 2022).

Para a caracterização do recorte espacial específico da pesquisa, foram utilizados dados e referências cartográficas que indicam a localização da área investigada na margem esquerda do rio Amazonas, a aproximadamente 20 km da sede municipal. A interpretação desses elementos possibilitou a construção da

configuração espacial do território estudado, articulando informações físico-geográficas e socioambientais, compreendendo o território como resultado de relações entre natureza e sociedade (santos, 2006).

Por fim, realizou-se a análise integrada dos dados coletados, permitindo compreender a organização espacial do município de Mazagão e suas relações com os ambientes fluviais e terrestres, fundamentais para a interpretação das dinâmicas socioeconômicas e ambientais da região (Figura 7).

De acordo com Escobar (2005), o desenvolvimento local pressupõe a valorização das especificidades territoriais e culturais, sendo essencial que os recursos já existentes sejam apropriados pela própria comunidade como instrumentos de fortalecimento identitário e econômico. No caso de Mazagão Velho, a falta de aproveitamento desses bens culturais reflete não apenas a ausência de políticas públicas estratégicas, mas também a fragilidade das iniciativas comunitárias diante de um cenário de apoio institucional limitado. Esses desafios apontam para a necessidade de uma reestruturação do turismo cultural no distrito, com base em princípios de sustentabilidade e protagonismo comunitário. Escobar (2007; 2009) ressalta que o desenvolvimento imposto por modelos exógenos tende a marginalizar saberes locais e reforçar dependências.

Portanto, a superação das limitações observadas em Mazagão Velho depende de um modelo de turismo cultural construído de baixo para cima, no qual a comunidade seja agente central do processo de planejamento e execução.

A delimitação da área de estudo está diretamente vinculada à sua singular formação histórica e à inserção das discussões sobre conservação da biodiversidade e desenvolvimento regional em territórios quilombolas no Amapá. Tal escolha considera a relação histórica entre populações tradicionais, a floresta amazônica e os processos de ocupação e reorganização territorial. Dentre as 40 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares no estado do Amapá, a maior parte está localizada em Macapá, capital do estado. O Censo demográfico brasileiro realizado em 2022 mostrou que a população que se identifica como quilombola é composta por 12.894 pessoas, o que representa 1,7% do total da população do estado do Amapá, sendo mais concentrada na capital, Macapá (n = 9.100; 2%) e em Mazagão (n = 1.483; 6,8%) (IBGE, 2025).

Figura 7: Mapa da delimitação dos 16 municípios amapaenses.



Fonte: Atlas das UC's no Amapá - SEMA/IBAMA 2008)

Esse mesmo censo também mostrou que dos 16 municípios do estado do Amapá, somente cinco não apresentam população quilombola. A maior concentração de Territórios Quilombolas e de população quilombola no município de Macapá pode ser explicada pelo contexto histórico da construção da cidade e pela atração populacional para o centro urbano, em busca de empregos, pela facilidade de acesso a serviços na capital, atraindo, dessa forma, quilombolas para viver em Macapá (Amorim; Santana, 2019; Silva et al., 2013).

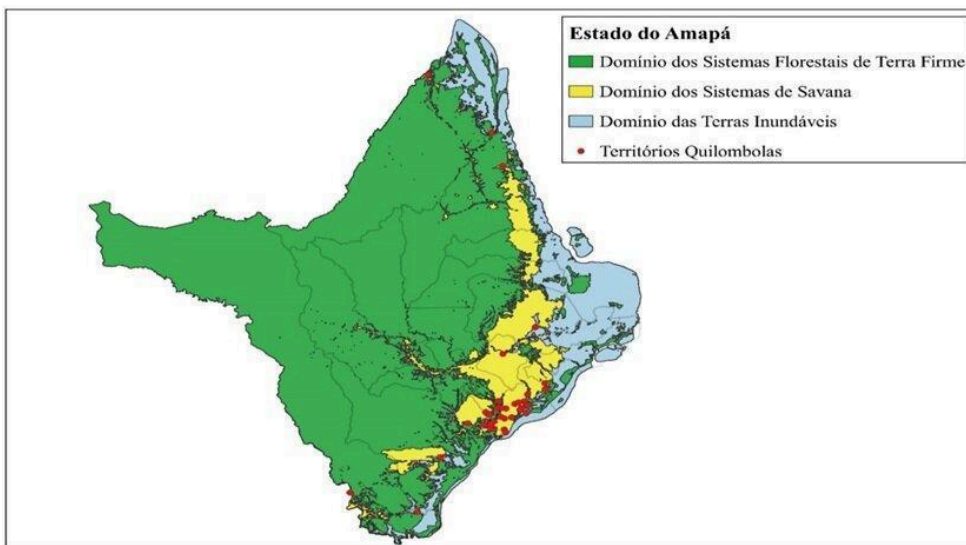
Assim, na capital, são reconhecidos 24 Territórios Quilombolas (Figura 8), seguidos pelo município de Santana, com 7 Territórios Quilombolas reconhecidos. Na sequência, há o município do Oiaoque, que conta com 2 Territórios Quilombolas. Em relação às famílias quilombolas, dados da Fundação Estadual de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial - FEPPIR indicam a existência de 3.181 famílias quilombolas nesses 40 Territórios do estado do Amapá (Amapá, 2025).

Com todo apanhado teórico utilizado, o distrito de Mazagão Velho apresenta potencial para o turismo cultural, sustentado por seu patrimônio histórico e identitário. A origem singular da vila, fundada a partir da transferência da antiga Mazagão africana para a Amazônia, carrega consigo um valor simbólico e histórico ímpar que permeia as tradições e crenças da comunidade local (Vidal, 2008).

Para Sachs (2000), o desenvolvimento sustentável deve integrar as dimensões econômica, social, ambiental e cultural, articulando a valorização das identidades locais com a inclusão produtiva. Esse entendimento converge com o de Schneider (2009), que defende o desenvolvimento local como processo participativo, baseado nas características históricas e culturais de cada território. Assim, Mazagão Velho possui as ferramentas não apenas econômico, mas educativa e simbólica, ao fortalecer o sentimento de pertencimento e a coesão social.

Figura 8 – Territórios quilombolas e conservação no Estado do Amapá



Fonte: Adaptado de Nascimento, Carvalho e Mustin (2026, p. 5).

As comunidades quilombolas do estado do Amapá estão intimamente ligadas aos seus territórios e possuem valores que vão além do uso ou da propriedade (Superti; Silva, 2015). Estes valores referem-se à interação entre o ser humano e a natureza e estão diretamente ligados aos benefícios intangíveis de cunho espiritual, cultural e estético (Pena et al., 2025).

Sendo assim, desde o século XVI, Portugal estruturou uma ampla rede de

ocupação em diferentes continentes, incluindo a África e a América, com o objetivo de consolidar rotas comerciais, assegurar o domínio estratégico e expandir sua influência política e econômica. Nesse contexto, a ocupação de áreas costeiras e a implantação de praças fortificadas constituíram elementos centrais da lógica colonial, especialmente em regiões de disputa territorial e interesse estratégico no Atlântico Sul. Entre essas experiências, destaca-se a presença portuguesa no norte da África, particularmente na região do atual Marrocos, onde foram estabelecidas estruturas fortificadas voltadas à defesa e ao controle territorial, algumas das quais resistiram por longos períodos às investidas de populações locais (Vidal, 2008).

Esse modelo de ocupação, baseado na lógica de fortificação e controle do espaço, exerceu influência sobre a organização de outras áreas coloniais, inclusive no contexto amazônico. No espaço amazônico, tais dinâmicas históricas contribuíram para a constituição de territórios marcados por deslocamentos populacionais, reconfigurações espaciais e processos de resistência sociocultural, especialmente entre populações quilombolas. (santos, 2006; almeida, 2006; diegues, 2000).

Essas comunidades desenvolveram formas próprias de organização social, uso dos recursos naturais e manejo da floresta, estabelecendo relações historicamente sustentáveis com o ambiente e contribuindo de maneira significativa para a conservação da biodiversidade regional. A análise das práticas tradicionais e dos saberes locais mostra-se fundamental para a compreensão dos caminhos possíveis de desenvolvimento regional sustentável, articulando conservação ambiental, identidade cultural e reprodução social nos territórios quilombolas do estado do Amapá (Santos, 2006; Diegues, 2000; Superti et al., 2015).

Entretanto, o cenário de conflitos intensificados ao longo do século XVIII culminou na decisão da Coroa Portuguesa de abandonar a praça em 1769. Diante do risco iminente de invasão, o rei D. José I determinou a evacuação da população, composta por cerca de 340 famílias, que foram posteriormente transferidas para a Amazônia brasileira. Esse deslocamento integrou uma estratégia de ocupação e defesa territorial da região amazônica, frente às ameaças externas e à necessidade de consolidação do domínio colonial. A fundação da Nova Mazagão, às margens do rio Mutuacá, insere-se nesse contexto, sendo planejada como uma vila estratégica tanto do ponto de vista populacional quanto militar (Vidal, 2008).

Nesse processo, o transporte de plantas alimentícias, medicinais e de uso

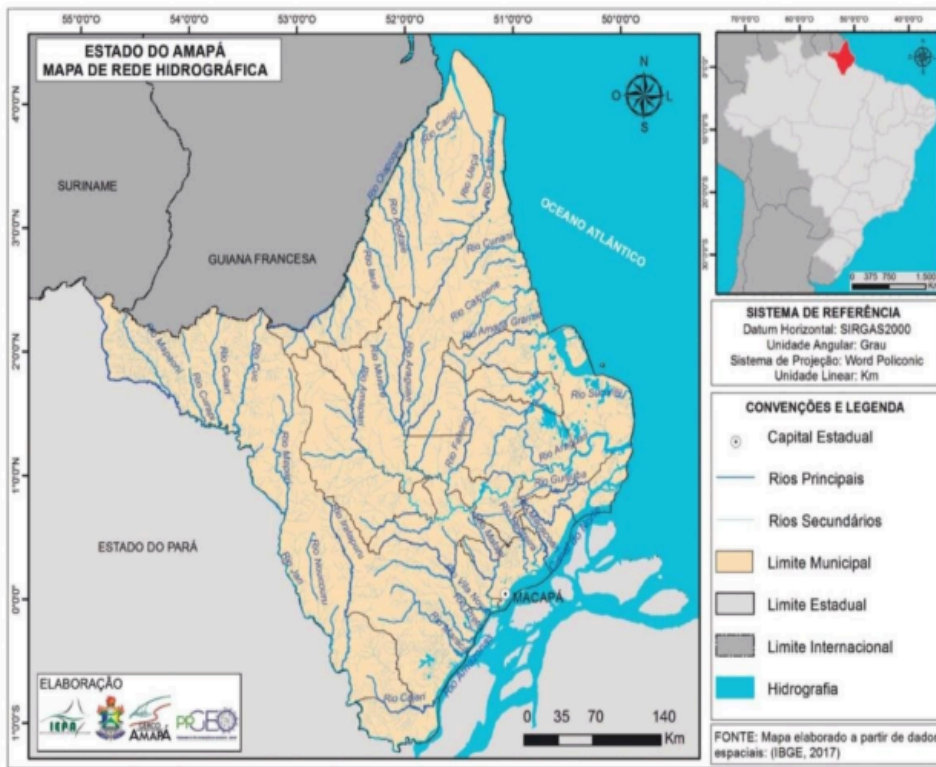
agrícola ocorreu tanto de forma intencional, por meio da seleção e cultivo em roças e quintais, quanto de maneira indireta, acompanhando fluxos de mercadorias ao longo das redes fluviais que conectavam Mazagão Velho a Belém e outros centros regionais. O sistema de transporte por rios, característico da Amazônia, desempenhou papel central na circulação desses recursos biológicos, favorecendo a integração entre diferentes áreas produtivas e a consolidação de sistemas agroextrativistas locais (Diegues, 2000; Almeida, 2006; Moura, 2010).

A hidrografia do estado do Amapá constitui um dos elementos estruturantes de sua organização territorial, exercendo influência direta sobre os processos de ocupação humana, circulação de pessoas e mercadorias, bem como sobre as dinâmicas socioeconômicas regionais. Marcado por uma extensa rede de rios pertencentes, em grande parte, à bacia amazônica, o estado apresenta sistemas fluviais de elevada relevância ambiental e estratégica, fundamentais para a integração entre comunidades urbanas, rurais e tradicionais. Nesse contexto, apresenta-se a figura ilustrativa da hidrografia do Amapá,³ a qual evidencia a complexidade da rede hidrográfica e sua centralidade na configuração do espaço geográfico estadual. A expressiva presença de rios, igarapés e canais naturais desempenha papel estruturante na organização do território, influenciando diretamente os padrões de ocupação humana, mobilidade e integração entre diferentes regiões. Devido à localização às margens do rio Amazonas, a vegetação local sofre forte influência do regime hidrológico, resultando na presença significativa de ecossistemas de várzea e igapó (Sioli, 1984; Junk et al., 2011).

As florestas de várzea, sujeitas a inundações sazonais por águas ricas em nutrientes, apresentam alta produtividade biológica e são fundamentais para a segurança alimentar das comunidades quilombolas, fornecendo recursos como frutos, madeira, fibras e fauna associada (Figura 9). Já as florestas de igapó, adaptadas a períodos prolongados de inundação por águas pobres em sedimentos, possuem menor diversidade florística, porém apresentam espécies altamente especializadas.

³ Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” Fonte: Fundação Cultural Palmares. Informações Quilombolas – Certificação e reconhecimento de comunidades quilombolas no Brasil. Ministério da Cultura, Governo Federal

Figura 9: Estado do Amapá Mapa de Rede Hidrográfica.



Fonte: Silva Junior et al, 2022.

Dessa forma, a análise dessas dinâmicas permite compreender que a circulação de plantas não pode ser dissociada das trajetórias históricas de mobilidade humana, das redes fluviais de transporte e das mudanças socioeconômicas regionais, elementos fundamentais para a compreensão da formação socioespacial do território de Mazagão Velho e de sua relação com a sociobiodiversidade amazônica. Estudos sobre a dinâmica histórica da ocupação amazônica indicam que esses deslocamentos populacionais e econômicos influenciaram diretamente a composição da vegetação cultivada, promovendo tanto a ampliação da diversidade de espécies úteis quanto à introdução de plantas singulares, que passaram a integrar os sistemas agrícolas tradicionais (Balée, 1994; Posey, 1987; Diegues, 2000).

Na realidade amazônica brasileira, os Territórios Quilombolas desempenham papel central na conservação de extensas áreas de vegetação nativa, contribuindo significativamente para a redução de processos de degradação ambiental e de alterações antrópicas na paisagem.

Esses territórios constituem espaços socialmente construídos, nos quais se articulam práticas tradicionais de uso da terra e estratégias de conservação que favorecem a manutenção da integridade dos ecossistemas amazônicos. Conclui-se que Mazagão Velho configura-se como um espaço singular, no qual se expressa a continuidade de memórias e a construção de identidades profundamente vinculadas às formas de ocupação e uso do território (Diegues, 2008; Porto-Gonçalves, 2006).

Nesse contexto, os territórios quilombolas assumem papel de destaque ao articularem processos de resistência histórica, preservação cultural e práticas sustentáveis, revelando-se fundamentais para a conservação ambiental.

As práticas agrícolas realizadas pela população quilombola podem mesclar técnicas agroflorestais (ECAM, 2021), em que os plantios são realizados em áreas determinadas que mantenham a vegetação nativa preservada, não sendo necessário modificar todo o espaço nem causar mudança na vegetação, substituindo-a por plantas diferentes às que já existiam, podendo também conciliar com a criação de animais (Paludo; Costabeber, 2012). Assim, plantios com características agroflorestais podem ser considerados significativos para manter a tradição quilombola de uso da terra, pois as pessoas relacionam-se ativamente com a natureza e expressam seus conhecimentos tradicionais, sentindo-se, assim, parte do processo (Silva; Aguiar, 2024; Simão et al., 2020).

A relação estabelecida entre as comunidades locais e a vegetação evidencia a relevância dos saberes tradicionais na manutenção da biodiversidade amazônica, demonstrando a interdependência entre cultura e natureza. Dessa forma, o local da pesquisa apresenta-se como um território vivo, em que dimensões históricas, culturais e ambientais se integram de maneira indissociável, reforçando sua importância para a sociobiodiversidade e para a formulação de estratégias sustentáveis na Amazônia. Necessitamos que sejam adotadas medidas de conservação para as Savanas do Amapá, uma vez que este ecossistema não florestal está suscetível a diversas alterações em seus habitats. Com a crescente conversão desta paisagem natural em uma paisagem agrícola, por que o estado do Amapá tem passado nos últimos tempos, mais celeridade deveria ser dada ao reconhecimento das Terras Quilombolas, o que poderia melhorar a conservação destas áreas (Hilário, 2017; Mustin et al., 2017; Santos et al., 2020).

4 PERCURSOS DA CONSERVAÇÃO: resultados da pesquisa

A análise dos dados levantados evidencia que os saberes tradicionais presentes nas comunidades quilombolas de Mazagão constituem importantes mecanismos de conservação da biodiversidade amazônica. Segundo Amorozo (1996) a pesquisa em etnobotânica baseia-se em dois pontos principais: a coleta de plantas e a coleta de informações sobre o uso destas plantas. Quanto mais detalhadas forem as informações, maiores serão as chances da pesquisa trazer subsídios de interesse para se avaliar a eficácia e a segurança do uso dessas plantas.

Os conhecimentos transmitidos entre gerações orientam práticas de manejo dos recursos naturais fundamentadas na observação dos ciclos ecológicos, no respeito aos períodos de regeneração das espécies e na utilização sustentável dos recursos disponíveis. Esses saberes não se restringem à dimensão produtiva, mas articulam aspectos culturais, espirituais e territoriais que contribuem para a manutenção dos ecossistemas locais. Segundo Cunningham (2001), métodos quantitativos são ferramentas importantes para uma visão aplicada da etnobotânica, pois permitem teste de hipóteses e também comparação de resultados.

A relação entre a vegetação e as comunidades quilombolas de Mazagão Velho é marcada pelo profundo conhecimento tradicional sobre o manejo dos recursos florestais, incluindo o uso de plantas medicinais, alimentícias e de valor econômico.

Tal interação contribui para a manutenção da biodiversidade local e reforça a importância desses territórios como espaços de conservação sociobiodiversa, nos quais práticas culturais e ecológicas se entrelaçam. Para a realização deste trabalho, foram utilizadas diferentes fontes de dados, classificadas em categorias distintas, conforme descrito a seguir:

a) Dados secundários: compreenderam a análise de mapas, imagens de satélite e registros visuais das características geográficas regionais, bem como dados provenientes de levantamentos oficiais, a exemplo do censo demográfico. Incluíram-se, ainda, informações previamente coletadas acerca dos aspectos biofísicos da área de estudo, contribuindo para a caracterização ambiental e territorial.

b) A identificação de material botânico consistiu na coleta de espécimes

vegetais, destinados à identificação científica e taxonômica. O material coletado foi submetido a análise e validação em instituições especializadas, com destaque para a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e o Herbário Amapaense, vinculado à Divisão de Botânica (DB), integrante do Centro de Pesquisas Zoobotânicas e Geológicas (CPZG), do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Essas etapas permitiram a correta identificação das espécies, garantindo a confiabilidade dos registros botânicos utilizados na pesquisa.

O procedimento metodológico adotado baseou-se, ainda, na sistematização de informações secundárias provenientes de fontes oficiais, especialmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com destaque para as bases de dados e registros institucionais disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares, além da consulta a produções científicas indexadas que abordam territórios quilombolas na Amazônia brasileira. Essa triangulação de dados possibilitou a consolidação de um panorama integrado entre aspectos botânicos, territoriais e socioculturais das comunidades estudadas.

c) Inventário etnobotânico e florístico dos quintais quilombolas: envolveu o levantamento sistemático das espécies vegetais presentes nos quintais quilombolas de Mazagão Velho, organizados em sistemas agroflorestais, considerando tanto a diversidade florística quanto os usos tradicionais associados, possibilitando a integração entre o conhecimento científico e os saberes locais.

Os resultados da pesquisa demonstram que as comunidades quilombolas desenvolvem sistemas próprios de gestão ambiental, construídos a partir da experiência histórica de convivência com a floresta. Tais sistemas revelam formas de uso da biodiversidade baseadas na reciprocidade entre sociedade e natureza, contrapondo-se a modelos predatórios de exploração dos recursos naturais.

Nesse contexto, a conservação emerge como prática cotidiana incorporada aos modos de vida comunitários, sendo orientada por valores coletivos que associam a proteção do território à preservação da memória e da identidade cultural. A pesquisa também permitiu identificar que a biodiversidade é percebida pelas comunidades não apenas como fonte de subsistência, mas como patrimônio coletivo indispensável à continuidade da vida comunitária. Essa compreensão amplia a noção convencional de conservação ambiental, incorporando dimensões culturais e

simbólicas que reforçam a importância da diversidade biocultural como elemento estruturante dos territórios quilombolas.

As plantas identificadas indicam ainda que o reconhecimento e a valorização desses territórios são fundamentais para a proteção da biodiversidade e para a continuidade dos sistemas tradicionais de conhecimento. A conservação dos recursos naturais mostra-se diretamente associada à garantia dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, uma vez que a perda de acesso aos territórios implica também a perda de práticas culturais e conhecimentos acumulados ao longo das gerações.

Dessa forma, a etnobotânica revela-se não apenas como campo de conhecimento, mas como instrumento de fortalecimento das estratégias locais de conservação ambiental. Outro resultado relevante refere-se à identificação dos territórios de uso tradicional por meio do etnomapeamento. Essa ferramenta possibilitou compreender a distribuição espacial dos recursos utilizados pelas comunidades, identificando áreas de coleta, cultivo, circulação, memória e conservação. Além disso, permitiu reconhecer espaços considerados estratégicos para a reprodução dos modos de vida quilombolas e para a manutenção dos conhecimentos tradicionais.

Os locais das determinadas espécies vegetais, os caminhos tradicionais, os rios e os espaços de cultivo assumem significados que ultrapassam sua função econômica, tornando-se elementos centrais na constituição da identidade coletiva. A espacialização dessas informações permitiu visualizar a estreita relação existente entre conservação ambiental e permanência dos territórios tradicionais. A vegetação presente nas áreas quilombolas de Mazagão Velho, no município de Mazagão (AP), integra o domínio fitogeográfico da Floresta Amazônica (Figura 10), sendo predominantemente composta por formações de floresta ombrófila densa, com elevada biodiversidade e complexidade estrutural. Essas formações apresentam estratificação vertical bem definida, incluindo dossel fechado, sub bosque e rica presença de epífitas e lianas, características típicas de ecossistemas tropicais úmidos.

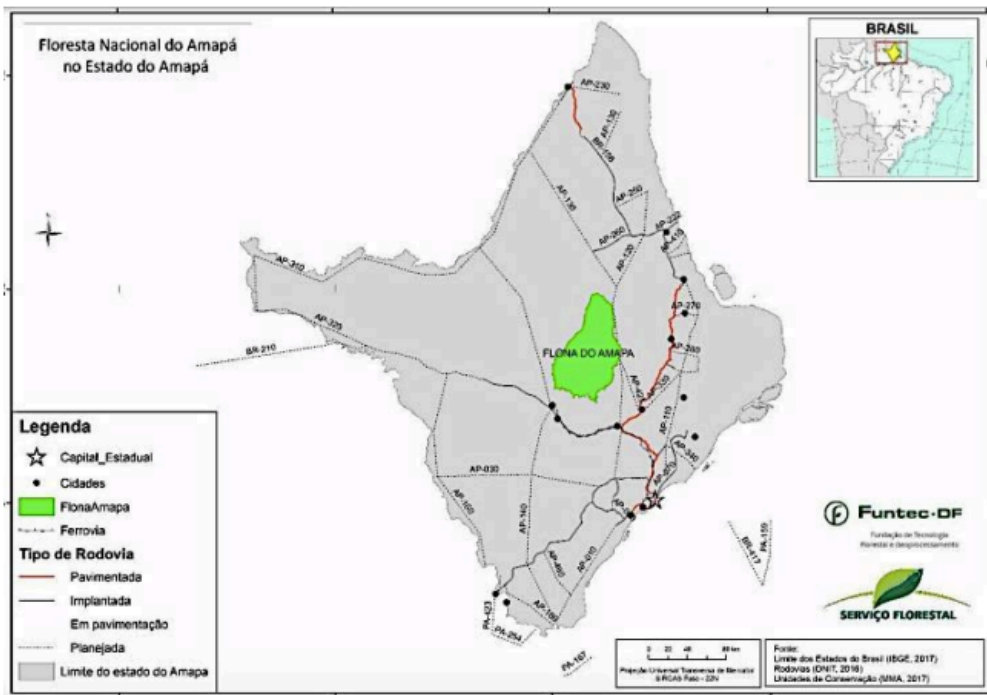
Nesse sentido, Angelo et al. (2025) destacam a importância dos Territórios Quilombolas na conservação da palmeira Juçara (*Euterpe edulis*), espécie nativa de grande relevância ecológica e socioeconômica. Segundo os autores, a manutenção dessa espécie contribui para a alimentação de diversas espécies da fauna local,

para a redução de processos erosivos e de assoreamento em margens de rios, além de representar uma importante fonte de renda para comunidades quilombolas por meio do uso sustentável de seus frutos. Esses resultados evidenciam que as práticas de manejo desenvolvidas nessas comunidades incorporam saberes tradicionais que associam conservação ambiental e geração de renda, configurando um modelo de uso sustentável dos recursos naturais.

Essa diversidade de ambientes reforça o papel desses territórios como áreas estratégicas para a manutenção dos ecossistemas amazônicos, ao mesmo tempo em que asseguram a reprodução social, cultural e econômica das comunidades quilombolas as relações são particularmente evidentes em áreas de conservação, como as florestas estaduais, onde a elevada pluviosidade e a cobertura vegetal densa favorecem a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Do mesmo modo, no território quilombola de Mazagão, tais condições ambientais influenciam diretamente as práticas tradicionais de manejo da terra, o uso dos recursos naturais e a organização socioespacial das comunidades (Arruti, 2006; Almeida, 2002; O'dwyer, 2002). As informações analisadas revelam que os saberes tradicionais das comunidades quilombolas de Mazagão apresentam elevado potencial para contribuir com estratégias de desenvolvimento regional sustentável. A utilização responsável dos recursos da biodiversidade, associada aos conhecimentos ancestrais sobre manejo florestal, oferece possibilidades concretas para a consolidação de iniciativas de bioeconomia baseadas na sociobiodiversidade amazônica. A particularidade desta pesquisa é o fato de que, diferente de outros estudos etnobotânicos citados, temos a oportunidade de conhecer as perspectivas e relação dos saberes ancestrais com espécies vegetais. Nesse contexto, a imagem a seguir ilustra essas interações, evidenciando a articulação entre clima, vegetação e formas de ocupação do território no Amapá. Nesse contexto, o mapeamento realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), evidencia a expressiva abrangência dos Territórios Quilombolas na Amazônia Legal, os quais somam aproximadamente 3.675.523,42 hectares (Amazônia Quilombola, 2025). Dessa forma, a escolha das comunidades quilombolas de Mazagão como local da pesquisa fundamenta-se na relevância histórica desses territórios, na expressiva presença de populações quilombolas e na riqueza dos saberes ancestrais relacionados à biodiversidade amazônica, os resultados demonstram que

os percursos da conservação observados nas comunidades quilombolas de Mazagão transcendem a proteção de espécies e ecossistemas. Trata-se de processos que articulam biodiversidade, ancestralidade, memória, territorialidade e desenvolvimento sustentável, revelando que a conservação ambiental está profundamente vinculada à permanência das comunidades em seus territórios e à continuidade dos conhecimentos transmitidos entre gerações.

Figura 10 – Floresta Nacional do Amapá



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Amapá. Plano Estadual de Saúde 2024–2027 (2023).

O território constitui, portanto, um espaço privilegiado para a compreensão das relações entre ancestralidade, conhecimentos tradicionais e conservação ambiental, contribuindo para o fortalecimento das discussões sobre sustentabilidade, justiça socioambiental e valorização dos patrimônios culturais afro-amazônicos. Nessa perspectiva, os saberes tradicionais configuram-se como patrimônio biocultural fundamental para a construção de futuros sustentáveis na Amazônia.

4.1 Mapeamento etnobotânico das espécies vegetais e saberes ancestrais

As plantas estão presentes na história dos seres humanos desde a mais remota lembrança do passado. São os elementos naturais mais evidentes do

planeta. O simbolismo arbóreo já fez parte de todas as religiões, estando o ciclo de vida, morte e regeneração de uma árvore, bem como seus órgãos e estruturas, simbólica e significativamente relacionados com aspectos da vida e da morte para o ser humano (Monico, 2001).

Nesse contexto, os territórios quilombolas de Mazagão passaram a ser reconhecidos como importantes espaços de conservação biocultural, onde práticas ancestrais relacionadas ao cultivo, à coleta e ao uso de espécies vegetais contribuem para a manutenção dos ecossistemas locais.

A história da circulação e do manejo das plantas nas comunidades quilombolas de Mazagão está diretamente associada aos processos históricos de formação dessas populações.

Os conhecimentos sobre o uso de espécies medicinais, alimentares e ritualísticas resultam da interação entre saberes de origem africana, indígena e cabocla, construídos ao longo de gerações por meio da observação da natureza e da transmissão oral.

Esse processo favoreceu a constituição de um amplo repertório etnobotânico que permanece presente nas práticas cotidianas das comunidades. Estudos desenvolvidos na região demonstram a utilização de mais de uma centena de espécies vegetais para diferentes finalidades, evidenciando a riqueza dos conhecimentos tradicionais associados à flora amazônica.

Do ponto de vista ambiental, as comunidades quilombolas de Mazagão encontram-se inseridas em áreas caracterizadas pela presença de florestas de terra firme, várzeas, igarapés e ambientes inundáveis, compondo um mosaico ecológico de elevada biodiversidade. Essa diversidade ambiental favorece a ocorrência de inúmeras espécies vegetais utilizadas pelas comunidades para fins alimentares, medicinais, tecnológicos e culturais.

Como resultado, os territórios quilombolas configuram-se como importantes espaços de conservação da sociobiodiversidade, onde os conhecimentos tradicionais contribuem para o uso sustentável dos recursos naturais e para a manutenção dos modos de vida locais.

Algumas espécies destacam-se pela frequência de uso e pela importância socioeconômica para as comunidades. A andiroba (*Carapa guianensis*), por exemplo, é amplamente utilizada na produção de óleo medicinal empregado no tratamento de inflamações e como repelente natural. Sua coleta ocorre a partir da

queda natural dos frutos, demonstrando práticas de manejo que favorecem a regeneração da espécie e minimizam impactos ambientais. A copaíba (*Copaifera* spp.) também possui grande relevância local, fornecendo óleo-resina utilizado para fins terapêuticos, cuja extração é realizada por técnicas que preservam a integridade da árvore. Já o açaí (*Euterpe oleracea*) constitui importante recurso alimentar e econômico, sendo manejado em sistemas agroflorestais que favorecem simultaneamente a geração de renda e a conservação da biodiversidade. Os inventários visam informar sobre os recursos existentes em uma determinada área.

As técnicas de inventário servem como base para inferir a respeito do comportamento de uma comunidade vegetal, tendo em vista a necessidade de aplicar metodologias de quantificação e qualificação dos elementos que compõem um ecossistema.

Sem o inventário, não é possível conhecer a composição das espécies, seu comportamento antes e após as intervenções e seus estoques. Além disso, torna-se inviável desenvolver estudos mais específicos sobre a dinâmica do povoamento, bem como elaborar sistemas silviculturais adequados à realidade da floresta e planejar o manejo das espécies de forma adequada e racional (Silva, 1980; Péllico Neto; Brena, 1997; Scolforo; Melo, 1997).

Considerando a relevância do resgate, valorização e sistematização desses conhecimentos, o presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento etnobotânico e etnofarmacológico das espécies medicinais utilizadas por comunidades quilombolas situada no Mazagão, no Estado do Amapá.

As espécies vegetais registradas foram organizadas segundo critérios sistemáticos, contemplando nome científico, nome popular, parte utilizada, formas de preparo e respectivas indicações terapêuticas. Tal sistematização possibilita não apenas a padronização das informações, mas também contribui para análises comparativas com outros estudos desenvolvidos em diferentes regiões da Amazônia, ampliando o entendimento acerca da diversidade de usos e da importância cultural dessas espécies.

A predominância de espécies nativas evidencia a forte dependência das comunidades locais em relação aos recursos naturais disponíveis no ambiente imediato, refletindo práticas de manejo tradicional e profundo conhecimento ecológico.

Por outro lado, a presença de espécies introduzidas indica processos

históricos de intercâmbio cultural e botânico, resultantes de dinâmicas de ocupação territorial, mobilidade populacional e incorporação de novas práticas terapêuticas ao repertório local.

De modo geral, os resultados obtidos reforçam a importância das comunidades quilombolas como detentoras de conhecimentos tradicionais fundamentais para a etnobotânica e a etnofarmacologia, destacando a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização, proteção e uso sustentável desses saberes. Além disso, o levantamento contribui de maneira significativa para a identificação e o registro de espécies vegetais com potencial farmacológico, ao evidenciar compostos bioativos ainda pouco explorados pela ciência.

Esse processo não apenas amplia o conhecimento sobre a diversidade química da flora amazônica, mas também fornece subsídios importantes para investigações futuras nas áreas de farmacologia, fitoquímica e biotecnologia. Nesse contexto, os dados obtidos podem orientar o desenvolvimento de fitoterápicos mais seguros e eficazes, fundamentados tanto em evidências científicas quanto nos saberes tradicionais das populações locais.

Tal integração entre conhecimento empírico e científico revela-se essencial para a valorização das práticas tradicionais de uso de plantas medicinais, ao mesmo tempo em que fortalece estratégias de inovação em saúde.

Adicionalmente, o reconhecimento dessas espécies e de seus usos contribui para a formulação de políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade amazônica, uma vez que destaca a importância ecológica e sociocultural desses recursos. Assim, o levantamento não se restringe ao campo científico, mas também desempenha um papel relevante na promoção do uso sustentável da biodiversidade, na proteção dos conhecimentos tradicionais e no incentivo a modelos de desenvolvimento que conciliam conservação ambiental e bem-estar social.

Os saberes associados a essas plantas constituem importante patrimônio biocultural, revelando formas específicas de interação com a natureza e de gestão dos recursos disponíveis no território. Estudos etnobotânicos realizados em comunidades tradicionais amazônicas demonstram que as plantas não se restringem à dimensão utilitária, estando inseridas em sistemas de conhecimento que articulam aspectos simbólicos, culturais, espirituais e ecológicos.

Nesse sentido, os conhecimentos tradicionais relacionados à flora desempenham papel fundamental na reprodução sociocultural das comunidades e

na manutenção da biodiversidade, uma vez que orientam práticas de manejo compatíveis com a conservação dos ecossistemas.

Nas comunidades quilombolas de Mazagão, os conhecimentos sobre as espécies vegetais são transmitidos principalmente por meio da oralidade, da observação e da experiência cotidiana, fortalecendo os vínculos entre ancestralidade, território e identidade coletiva. Esses saberes abrangem diferentes formas de utilização das plantas, incluindo finalidades medicinais, alimentares, ritualísticas e produtivas, refletindo a diversidade de relações estabelecidas entre as populações tradicionais e os ambientes florestais amazônicos.

A literatura especializada evidencia que tais conhecimentos configuram importantes sistemas locais de gestão ambiental, contribuindo para o uso sustentável dos recursos naturais e para a conservação da sociobiodiversidade.

Além de atender às necessidades cotidianas das comunidades, muitas espécies vegetais desempenham funções ecológicas relevantes, participando da manutenção da cobertura florestal, da oferta de alimento para a fauna, da proteção dos solos e da conservação dos serviços ecossistêmicos essenciais ao equilíbrio ambiental. A seleção prioriza espécies que desempenham múltiplas funções socioambientais, articulando dimensões de saúde, alimentação e geração de renda, como a copaíba, andiroba e açaí, que integram importantes cadeias da sociobiodiversidade presentes na região. Ao mesmo tempo, contempla espécies de forte valor cultural e de uso tradicional, como *jenipapo*, *urucum*, *crajiru*, *mastruz*, *catinga-de-mulata* e *mucuracaá*, que expressam sistemas locais de conhecimento transmitidos oralmente entre gerações e fortalecidos pela prática cotidiana nos quintais, roçados e áreas de floresta.

Por fim, a escolha dessas plantas também se justifica por sua capacidade de representar a diversidade dos saberes tradicionais e culturais quilombolas de Mazagão (AP), contribuindo para a valorização do patrimônio imaterial e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à sociobiodiversidade, ao reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e à permanência das comunidades em seus territórios.

As imagens apresentadas a seguir têm como objetivo ilustrar as espécies vegetais mais relevantes identificadas nesta pesquisa, acompanhadas de suas respectivas nomenclaturas científicas e de informações sobre seus usos tradicionais, importância sociocultural e contribuição para a conservação ambiental.

Mazagão Velho, renascido da união entre portugueses, negros e indígenas, que juntos edificaram seu “novo território”, (hoje) preserva uma vasta singularidade histórica, cultural e identitária no estado do Amapá, infelizmente ainda pouco conhecida de grande parte da população amapaense. O referido distrito é constituído por edificações, espaços de memória, saberes ancestrais referentes ao manuseio e ao uso de plantas medicinais, benzeção, partos, técnicas de cura e tratamentos do corpo físico e espiritual, celebrações culturais/religiosas envolvendo as rezas cantadas de folias e ladainhas proferidas em língua portuguesa e latim popular, as quais são encenadas e dramatizadas no decurso do ano, nas diversas festas santorais realizadas pela comunidade, como práticas ritualísticas de fé e devoção à espiritualidade cristã/católica. (Videira; Vasconcelos, 2021, p. 13).

Apresenta-se, a seguir, a construção da imagem representativa desta pesquisa (Figura 11), orientada por uma perspectiva teórico-metodológica que reconhece o território quilombola como um espaço de produção de conhecimento, memória e resistência.

Compreende-se o quilombo não apenas como um espaço físico, mas como uma categoria histórica e simbólica de continuidade civilizatória, marcada por práticas de autonomia, identidade e recriação cultural.

O entendimento fundamentou a escolha por uma composição imagética que privilegia a organicidade e a inter-relação entre os elementos, evocando o território como um organismo vivo, dinâmico e ancestral.

De modo complementar, adota-se a compreensão do quilombo como projeto político e epistemológico de valorização das matrizes africanas e afro-brasileiras. Nesse contexto, a imagem construída dialoga com a ideia de um território de resistência e de afirmação identitária, no qual o conhecimento tradicional, especialmente aquele relacionado ao uso e manejo de espécies vegetais, se constitui como expressão de soberania cultural e ecológica.

Nessa direção, a elaboração visual buscou transcender a função meramente ilustrativa, assumindo um caráter interpretativo, no qual os elementos gráficos operam como mediadores entre os dados sistematizados e os sentidos socioculturais que lhes são subjacentes.

Figura 11 – Sistematização de informações para valorização dos conhecimentos ancestrais nos territórios quilombolas de Mazagão Velho, Amapá.



Fonte: Elaboração própria (2026), com apoio de inteligência artificial.

A sistematização dessas informações busca valorizar os conhecimentos ancestrais presentes nos territórios quilombolas de Mazagão Velho, articulando-os a uma linguagem visual que evidencia a centralidade do etnoconhecimento na conservação da sociobiodiversidade amazônica. A imagem configura-se, portanto, como um dispositivo analítico e comunicacional que, ao integrar referenciais acadêmicos e saberes tradicionais, contribui para o fortalecimento das narrativas quilombolas e para a ampliação de sua visibilidade no campo científico. Dessa maneira, a apresentação das espécies permite compreender como a biodiversidade e os saberes populares se articulam na formação de um patrimônio biocultural fundamental para a preservação da identidade quilombola e para a proteção dos ecossistemas amazônicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida evidencia que os territórios quilombolas de Mazagão Velho, no Amapá, devem ser compreendidos para além de sua dimensão físico-geográfica, constituindo-se como espaços socialmente produzidos, nos quais se entrelaçam memória, ancestralidade, práticas culturais e estratégias de reprodução da vida. Nesse contexto, a territorialidade quilombola revela-se como um elemento estruturante das dinâmicas locais, articulando relações sociais, econômicas e ambientais que sustentam modos de vida historicamente construídos em resistência aos processos de expropriação e invisibilização.

Ao ampliar a análise sob a perspectiva do desenvolvimento regional, torna-se evidente que tais territórios desempenham um papel estratégico na construção de modelos alternativos de desenvolvimento para a Amazônia. Diferentemente das abordagens hegemônicas, frequentemente pautadas na exploração intensiva de recursos naturais, as comunidades quilombolas operam a partir de uma racionalidade socioambiental que privilegia o uso sustentável da biodiversidade, a diversificação produtiva e a manutenção dos ciclos ecológicos.

Dessa forma, o etnoconhecimento associado ao manejo das espécies vegetais não apenas assegura a subsistência das famílias, mas também configura um ativo fundamental para a promoção de economias locais mais resilientes e sustentáveis. Nesse sentido, o etnoconhecimento deve ser reconhecido como um componente essencial das estratégias de desenvolvimento regional, sobretudo por sua capacidade de articular saberes tradicionais e práticas inovadoras voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais. A valorização desses saberes possibilita a construção de cadeias produtivas baseadas na sociobiodiversidade, como o aproveitamento de frutos nativos, plantas medicinais e outros produtos florestais não madeireiros, contribuindo para a geração de renda, a segurança alimentar e o fortalecimento da autonomia comunitária. Além disso, tais práticas dialogam diretamente com os princípios da bioeconomia, especialmente aquela orientada por bases territoriais e pelo protagonismo das populações tradicionais.

A incorporação do conceito de corpo-território aprofunda essa reflexão ao evidenciar que o desenvolvimento regional não pode ser pensado de forma dissociada dos sujeitos que vivem e constroem o território. Assim, qualquer proposta

de desenvolvimento que incida sobre esses espaços deve considerar as dimensões simbólicas, culturais e políticas que estruturam a vida comunitária.

O território, nesse sentido, emerge como um espaço de pertencimento e identidade, cuja integridade é condição indispensável para a continuidade dos modos de vida quilombolas e para a preservação dos conhecimentos associados à biodiversidade, a pesquisa aponta que o fortalecimento dos territórios quilombolas está diretamente relacionado à efetivação de políticas públicas que reconheçam seus direitos territoriais, promovam o acesso a mercados diferenciados e incentivem iniciativas de base comunitária. Programas voltados à assistência técnica contextualizada, ao beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade e à inclusão produtiva podem potencializar as capacidades locais, desde que construídos de forma participativa e respeitando as especificidades culturais e organizativas dessas comunidades.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de integração entre diferentes escalas de atuação local, regional e nacional de modo a inserir as comunidades quilombolas em agendas mais amplas de desenvolvimento sustentável. Isso implica reconhecer esses territórios como fundamentais para a conservação da biodiversidade amazônica e para o enfrentamento das mudanças climáticas, considerando o papel das populações tradicionais na proteção dos ecossistemas e na manutenção de práticas de baixo impacto ambiental.

Por fim, conclui-se que os territórios quilombolas de Mazagão Velho configuram-se como espaços estratégicos para a construção de um paradigma de desenvolvimento regional mais inclusivo, equitativo e sustentável. A valorização de suas territorialidades, saberes e práticas não apenas contribui para a redução das desigualdades históricas, mas também oferece caminhos concretos para a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante. Assim, a pesquisa reafirma a centralidade das comunidades quilombolas na formulação de políticas e estratégias que visem a um futuro baseado.

A ressignificação dos territórios quilombolas, a partir da valorização dos saberes ancestrais e da integração de práticas sustentáveis, se mostra como uma alternativa viável para garantir a continuidade dessas comunidades e a preservação do meio ambiente. É necessário um olhar atento e cuidadoso para as questões ambientais e sociais, visando um desenvolvimento sustentável que respeite as futuras gerações e promova a justiça social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza**. São Paulo: Elefante, 2019.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **A floresta em pé: caminhos para uma bioeconomia sustentável na Amazônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; HANAZAKI, Natalia. As pesquisas etnobiológicas no Brasil: evolução e perspectivas. **Acta Botanica Brasilica**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 711-722, 2006.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; ALENCAR, Nelson Leal. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: NUPEEA, 2016.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Manaus: UFAM, 2004.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Populações tradicionais e conservação ambiental na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 7-22, 2004.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 93-110.
- BALÉE, William. **Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany – The Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People**. New York: Columbia University Press, 1994.
- BARBIER, Edward B. The policy challenges for green economy and sustainable economic development. **Natural Resources Forum**, Oxford, v. 35, n. 3, p. 233-245, 2011.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BERKES, Fikret. **Sacred Ecology**. 3. ed. New York: Routledge, 2012.
- BUGGE, Markus M.; HANSEN, Teis; KLITKOU, Antje. What is the bioeconomy? A review of the literature. **Sustainability**, Basel, v. 8, n. 7, p. 1-22, 2016.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COSTA, Francisco de Assis et al. **Bioeconomia, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia**. Belém: UFPA, 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

D'AMATO, Dario; KORHONEN, Jouni. Integrating the green economy, circular economy and bioeconomy. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 188, 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA. **Diagnóstico: ações de produtividade nas comunidades quilombolas do Amapá**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://share.google/xPwn8Z0XdBXZnnrZk>. Acesso em: 10 jun. 2026.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, 1988.

GUDYNAS, Eduardo. **Desenvolvimento sustentável e racionalidade ecológica**. Montevideú: CLAES, 2010.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MAFFI, Luisa (org.). **On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge and the Environment**. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 2001.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, Rio de Janeiro, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J. A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SATO, Michèle. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2001.

SILVA, E. M.; AGUIAR, A. G. R. Construção participativa da tecnologia social dos sistemas agroflorestais em comunidades quilombolas na Amazônia Oriental. **Opsis**, v. 22, n. 2, p. 78-95, 2024.

SIMÃO, R. et al. Agroecology and Empirical Knowledge in Brazilian Quilombol Communities. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 7, n. 5, p. 406-413, 2020.

TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: Icaria, 2008.

VIVIEN, Franck-Dominique et al. The hijacking of the bioeconomy. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 159, p. 189-197, 2019.

WEETMAN, Catherine. **A economia circular: recuperando o valor dos recursos em uma economia finita**. São Paulo: Autêntica Business, 2019.